



**Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará**  
**Instituto de Ciências Humanas – ICH**  
**Faculdade de Educação do Campo -FECAMPO**  
**Curso de Licenciatura em Educação do Campo**

**José Roberto Dutra da Silva**

**FORMAÇÃO DO CAMPESINATO DE SÃO JOÃO DO ARAGUAIA-  
PA E O PAPEL DA ORGANIZAÇÃO SINDICAL**

Marabá-PA

2021

José Roberto Dutra da Silva

**FORMAÇÃO DO CAMPESINATO DE SÃO JOÃO DO ARAGUAIA-  
PA E O PAPEL DA ORGANIZAÇÃO SINDICAL**

Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado à Faculdade de Educação do Campo, da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará, como requisito parcial para obtenção do grau de Licenciado em Educação do Campo.

**Orientadora:** Profa. Ma. Ailce Margarida Negreiros Alves

**Marabá-PA  
2021**

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) Biblioteca  
Setorial Campus do Tauarizinho da Unifesspa**

---

Silva, José Roberto Dutra da

Formação do campesinato de São João do Araguaia – PA e o papel da organização sindical / José Roberto Dutra da Silva ; orientadora, Alice Margarida Negreiros Alves. — Marabá : [s. n.], 2021.

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) - Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará, Instituto de Ciências Humanas, Faculdade de Educação do Campo, Curso de Licenciatura Plena em Educação do Campo, Marabá, 2021.

1. Sindicalismo - São João do Araguaia (PA). 2. Sindicatos - Trabalhadores rurais. 3. Camponeses – São João do Araguaia (PA). 4. Posse da terra. I. Alves, Alice Margarida Negreiros, orient. II. Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará. III. Título.

CDD: 22. ed.: 331.88098115

---

Catalogação na fonte: Adriana Barbosa da Costa Bibliotecária-  
Documentalista CRB2/994

José Roberto Dutra da Silva

**FORMAÇÃO DO CAMPESINATO EM SÃO JOÃO DO  
ARAGUAIA-PA E O PAPEL DA ORGANIZAÇÃO SINDICAL**

**Data da defesa:** \_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_.

**BANCA EXAMINADORA:**

---

Professora Ma. Ailce Margarida Negreiros Alves  
ICH/ FECAMPO  
Orientadora

---

Profa. Dra. Maura Pereira dos Anjos  
ICH/ FECAMPO  
Examinadora

---

Prof. Dr. Rodrigo de Almeida Muniz  
ICH/ FECAMPO  
Examinador

As monetárias mãos  
Cravos do latifúndio  
Rasgam o rosto da terra.

As monetárias mãos  
Remos do latifúndio  
Rasgam o rosto das águas.

As monetárias mãos  
Balas do latifúndio  
Rasgam o rosto dos homens.

Os rostos da Amazônia  
Paes Loureiro

Dedico este trabalho  
á todos e todas que morreram na luta pela terra,  
e dela nem puderam usufruir, especialmente,  
camponeses de São João do Araguaia.

Nem viram os mais de 500 assentamentos  
de Reforma Agrária no sul e sudeste do Pará,  
nem celebrar as mais de 28 mil famílias agricultoras  
nas suas roças, produzindo de forma saudável.

Indo às feiras, com nossos produtos:  
Macaxeira, abóbora, inhames, verduras, frutas,  
Polpas diversas, azeite de coco, farinha, ovos, e outros,  
Agora mais valorizados. Antes só nas mãos dos atravessadores.

Nem puderam ver também  
a pequena fábrica de polpas de frutas  
das nossas cooperativas de agricultores,  
organizadas na FECAT.

Nem viram as centenas de filhos e filhas  
de assentados e assentadas, ocupando  
os corredores das universidades, estudando  
e levando para a academia, nossa forma de ser camponesa,  
dividindo textos e os debates calorosos  
da sala de aula com indígenas e quilombolas,  
construindo outras relações,  
fortalecendo nossa luta  
reescrevendo nossa história,  
a partir de nós mesmos.

Tudo isso,  
Fruto da nossa resistência.

E particularmente, dedico à pessoa que foi fundamental em todas as minhas conquistas, e que me deu inspiração em toda minha vida para lutar por meus objetivos, que sem dúvida alguma, foi e sempre será, minha fortaleza para continuar lutando pelos meus sonhos, Ana Dutra da Silva (*in memoriam*)

## AGRADECIMENTOS

Primeiramente quero agradecer ao nosso pai celestial, por me proporcionar mais esta conquista em minha vida. À toda minha família, em especial aos meus pais: Ana Dutra da Silva e Manoel Lopes da Silva, que foram na minha vida, as pessoas que sempre me inspiraram com seus exemplos de vida, me ensinando a lutar por meus objetivos. À minha esposa Ediléia Souza dos Santos, pela colaboração no dia a dia do meu estudo, sempre ao meu lado, me dando força pra eu continuar a conclusão do curso. Aos meus filhos: Kássio Felipe, Kaio Henrique e Ana Cristina que sem dúvida, foram fundamentais para eu alcançar meu objetivo.

À todos os profissionais e alunos da Escola Municipal de Ensino Fundamental Maria Rita, em especial os professores Jair Araújo, Jakson, Cleudimar, Romivaldo que com muita atenção, contribuíram com nossas pesquisas dos tempos comunidade.

A todos os trabalhadores e trabalhadoras rurais dos Projetos de Assentamentos Pimenteira, Primavera do Araguaia, 04 de Junho, Prata, Bacurizinho, Ponta de Pedra do Araguaia, Ubá, Moresch, Landi, Cajueiro, 1º de Março, Veneza, em especial aos trabalhadores e trabalhadoras rurais do Projeto de Assentamento Castanhal Araras que me acolheram e me deram total apoio, quando em 1988, cheguei neste município. Os ensinamentos alcançados nesta comunidade, foram fundamentais para que eu pudesse conhecer as lutas pela Reforma Agrária nesta região. Em especial àqueles/ as cujas narrativas enriquecem este trabalho.

A todos os professores e professoras do curso da educação do campo que foram fundamentais no processo de minha formação.

A minha orientadora Profa. Ailce Margarida Negreiros pela valiosa contribuição e compreensão, que teve para comigo, durante o período de orientação.

A turma de educação do campo 2015 e demais turmas, com as quais tive convivência durante o período do curso. Todas essas pessoas, de forma direta e indireta que tiveram participação na minha formação.

Aos movimentos sociais do campo: FETAGRI-PA, MST, Sindicatos, Associações, Cooperativas, bem como as entidades de apoio: CPT, FATA, SDDH, CEPASP, FASE e CNS, que juntamente com os trabalhadores e trabalhadoras rurais foram partes essenciais para tantas conquistas, entre elas o curso da educação do campo. A todos que tombaram na luta pela Reforma Agrária: trabalhadores e trabalhadoras rurais, religiosos, assinados por pistoleiros a mando do latifúndio. Todos esses trabalhadores

foram mortos por que lutavam para que todos tivessem acesso à terra, moradia, saúde e educação. Suas lutas até hoje estão vivas entre nós.

## SUMÁRIO

<b>CONSIDERAÇÕES INICIAIS</b>	<b>13</b>
<b>I – SÃO JOÃO DO ARAGUAIA: DA COLONIZAÇÃO Á CONSTITUIÇÃO DE UM CAMPESINATO RESISTENTE</b>	<b>16</b>
<b>II – FORMAÇÃO DO CAMPESINATO EM SÃO JOÃO DO ARAGUAIA</b>	<b>21</b>
<b>III – O PROTAGONISMO POSSEIRO NA TOMADA DO SINDICATO</b>	<b>36</b>
3.1. A morosidade da Reforma Agrária e os novos desafios no campo	<b>40</b>
3.2. Perda de território e o foco na permanência na terra	<b>46</b>
<b>IV – REORGANIZAÇÃO DA LUTA PELA TERRA E A EXPERIÊNCIA DO COMPLEXO PONTA DE PEDRAS</b>	<b>50</b>
4.1. Ponta de Pedra: do carvão vegetal e vida sub humana à território camponês	<b>54</b>
4.2. Ponta de Pedra: acordos políticos, ameaças e resistência posseira	<b>60</b>
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	<b>69</b>
<b>Referências</b>	<b>72</b>

## RESUMO

Este trabalho tem como objetivo refletir sobre a formação do campesinato no município de São João do Araguaia, sudeste do Pará, a partir do protagonismo do sindicato dos trabalhadores/as rurais. Tal experiência tem base num amplo movimento posseiro, que reivindica a posse da terra, iniciado ainda nos anos de 1970. A organização sindical foi a principal forma de enfrentamento orgânico às oligarquias rurais e elites agrárias na região e, portanto responsável primeiro pela conquista da terra no sul e sudeste do Pará, uma luta liderada por posseiros/as. O estudo encontra fundamento teórico metodológico em vários autores, que não só escreveram, como alguns deles estiveram por aqui, convivendo, dialogando, interagindo com os sujeitos em luta: Guerra (2001); se debruçou sob a figura do posseiro e sobre o sindicalismo; Hébette (2004) pesquisou muito buscando entender a Amazônia, e em especial, a luta pela terra e as organizações dos lavradores na região, e foi grande parceiro deste sindicato. Também recorremos a Emmi (1991), profundo estudo sobre as oligarquias originadas na apropriação dos castanhais públicos, onde nosso município aparece fortemente. Da mesma forma, Martins (1997), nos oferece profunda reflexão acerca da fronteira de onde estamos falando; Velho (2013) estudou a dinâmica que se deu especialmente nesse contexto onde moramos: São João do Araguaia e São Domingos do Araguaia, também afetados pelos Grandes Projetos, a exemplo da Transamazônica, além de outros. A pesquisa foi desenvolvida a luz da pesquisa participante, onde acumulo o papel de pesquisador e sujeito da pesquisa, como posseiro e como sindicalista, a pesquisa documental, além da mobilização da memória de pessoas envolvidas no sindicato. A pesquisa revela entre outras questões, uma experiência ímpar de mobilização e organização de sujeitos em torno da luta pela terra, e o importante papel da organização sindical, como primeira estratégia na conquista dos assentamentos na região de São João e São Domingos do Araguaia e outros municípios. Entre estas está o complexo Ponta de Pedra, território camponês, conquistado nos anos 2000, situado à margem da Rodovia Transamazônica.

Palavras Chave: Sindicalismo. Luta pela terra. Campesinato. São João do Araguaia.

## ABSTRACT

This work aims to reflect on the formation of the peasantry in the municipality of São João do Araguaia, southeast of Pará, based on the role of the rural workers union. This experience is based on a broad squatter movement, which claimed ownership of land, which began in the 1970. The organization was the main form of organic confrontation with rural oligarchies and agrarian elites in the region, and therefore responsible primarily for the conquest of land in the south and southeast of Pará. A fight led by squatters. The state finds theoretical and methodological foundations in several authors, who not only wrote, but some of them were here, living together, dialoguing, interacting with the subjects in struggle: guerr (2001); it embraced the figure of the squatter and unionism; Hébette (2004) did a lot of research trying to understand the Amazon and, in particular, the struggle for land and the organizations of farmers in the region, and was a great partner of this union. We also turn to Emmi (1991), an in-depth study of the oligarchies originated in the appropriation of public Brazil nut trees, where our municipality appears strongly. In the same way, Martins (1997) offers us a deep reflection on the frontier from which we are speaking; Velho (2013), studied the dynamics that took place especially in this context where we live: São João do Araguaia and São Domingos do Araguaia, also affected by Large Projects, such as the Transamazônica, among others. The research was developed in the light of participant research, where I accumulate the role of researcher and research subject, as squatters and as a trade unionist. Documentary research, in addition to mobilizing the memory of people involved in the union. The research reveals, among other issues, a unique experience of mobilization and organization of subjects around the struggle for land, and the important role of union organization, as the first strategy in conquering settlements in the region of São João do Araguaia and São Domingos do Araguaia and other municipalities. Among these is the Ponta de Pedra complex, peasant territory, conquered in the 2000s, located on the banks of the Transamazon Highway.

Key Word: Unionism, Struggle for Land, Peasantry. São João do Araguaia.

## LISTA DE SIGLAS

STTR- SJA- Sindicato dos trabalhadores e Trabalhadores Rurais de são João do Araguaia  
FETAGRI- Federação dos Trabalhadores e trabalhadoras na Agricultura do Estado do Pará  
MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra  
PRONAF- Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar  
INCRA- Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária  
IBGE- instituto Brasileiro de Geografia e Estatística  
SUDAM- Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia  
PGC- Programa Grande Carajás  
CPT- Comissão Pastoral da Terra  
PNAE- Programa Nacional de Alimentação Escolar  
COOMASJA- Cooperativa Mista da Agricultura Familiar de São João do Araguaia  
PA- Projeto de Assentamento  
FECAT- Federação das Cooperativas da Agricultura familiar do Sul do Pará  
EJA- Educação de Jovens e Adultos  
PIBID- Programa Institucional de Bolsas de Iniciação á Docência  
CONTAG- Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura  
EMATER- Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural  
LDA- Leis de Diretrizes e Bases da Educação Básica  
SOME- Sistema de Organização Modular de Ensino  
UNIFESSPA- Universidade Federal do Sul e Sudeste da Pará  
EFA- Escola Família Agrícola  
PRA- Programa de Recuperação de Assentamento  
ONG- Organização não Governamental  
GETAT- Grupo Executivo de Terra do Araguaia e Tocantins  
EFA- Escola Família Agrícola

## CONSIDERAÇÕES INICIAIS

O trabalho se desafia a refletir sobre a formação do campesinato no município de São João do Araguaia, a partir do protagonismo do sindicato dos trabalhadores/ as rurais, experiência articulada com o amplo movimento posseiro, iniciado ainda nos anos de 1970, e que contribuiu na constituição do complexo de Ponta de Pedra, nos anos 2000, território camponês situado à margem da Rodovia Transamazônica, onde vivo com minha família.

A formação desse campesinato de fronteira que na fala de Hebéte (2004), é um campesinato migrante, e em formação, se dá a partir de um longo processo de ação política de trabalhadores rurais desprovidos da terra, principalmente aqueles migrantes do nordeste brasileiro. Esse grande movimento de formação do campesinato amazônico e de São João do Araguaia tem sua sólida base na organização posseira, constituído de lavradores/ as migrantes, destituídos/ as da terra, sua principal base de reprodução da vida. A terra como o lugar da moradia: a roça ou o lote na linguagem oficial; o lugar do trabalho, onde ele roça, planta, cultiva frutos, flores, plantas medicinais, hortas, onde a família produz: alimentos, cria animais, ou seja; o seu lugar de vida plena. No nosso caso, particularmente são famílias vindas do Maranhão, no enfrentamento a política do governo militar que oferecia terras na Amazônia, para a “pata do boi” e outros negócios no sul e sudeste do Pará.

Com o título: Formação do Campesinato de São João do Araguaia, e o Papel da Organização sindical no sudeste do Pará, evidenciaram a experiência de resistência e enfrentamento feita por trabalhadores e trabalhadoras rurais de São João do Araguaia, vista pelo mundo inteiro, pelos eventos de atrocidades enfrentados por esses trabalhadores/ as, a exemplo da conhecida chacina da Ubá (1985), crime com impressionante grau de desumanidade, envolvendo uma família inteira; mulher grávida e criança. Tal crime praticado pelas oligarquias locais chocou uma sociedade inteira, traumatizou toda uma categoria social de trabalhadores rurais, que lutavam pelo direito de trabalhar e viver, e para isso, ter a terra era necessário.

A base social do sindicato era formada massivamente pelos chamados posseiros/ as: “aquele que luta coletivamente pela terra, dela tirando seu sustento” (GUERRA, 2001; 17). Sujeitos corajosos/ as: que já vinham de outras batalhas da vida, e a bárbara chacina

contra seus companheiros da Ubá, não os fizeram recuar da luta, ao contrário, ousaram mais, tornando o município, e redondeza, diga-se sul e sudeste do Pará, um dos mais significativos exemplos da ousadia posseira e sindical, com um dos mais altos números de áreas ocupadas por posseiros na década de 1970, 1980 e 1990, como revelam os Relatórios da Comissão Pastoral da Terra.

Na minha experiência, está presente esse campesinato migrante. Vim de Cametá-PA aos 16 anos de idade morar com meu irmão que já estava na região. Nesse processo me tornei posseiro, depois sindicalista, e sem abrir mão de nenhuma de minhas referências de pertencimento me tornei também estudante da UNIFESSPA, do curso de Licenciatura em Educação do Campo, na segunda década desse século, como resultado de toda essa trajetória posseira da luta pela terra e por condições de permanecer na terra, onde o direito a educação é mais um desdobramento dessa luta campesina na fronteira, pela permanência na terra, pelo direito de ser camponês/a.

Nessa minha trajetória, muitas histórias se atravessam: de descendência indígena, ribeirinho nato de Cametá, terra de muitas lutas quilombolas e indígenas. Venho de família de bisavós indígenas, avó indígena e mãe indígena, da beira do Rio Santana afluente do rio Tocantins, rio de grande importância, pois era nossa principal fonte de alimento, o peixe, e o marisco (camarão, caranguejo). Adicionado a isso, além do famoso açai, também a farinha, subproduto da mandioca, na nossa fala, chamada de *maniva*. Principal e resistente prática de cultivo, a *maniva*, está presente nas comunidades tradicionais e de trabalhadores/as rurais, em todo o país. Da terra aos fornos das casas de farinha, nos conhecidos tempos de farinhada, tempos de alegrias, de encontros nas roças de toda essa parte da Amazônia paraense. Quem não conhece ou nunca viu uma casa de farinha, cheia de famílias avizinhas e ou aparentadas ou ainda agregadas, onde homens e mulheres em todas as idades tinham funções específicas, que não nos cabe aqui descrever. Das beiras de rio, a terra firme as roças das diferentes comunidades: camponesas, quilombolas, indígenas é possível ver e ou identificar essas práticas de cultivo e processamento da mandioca, na produção de farinha, beiju, tucupi e outros.

Assim se deu minha passagem de ribeirinho do baixo Tocantins paraense à posseiro no sudeste do Pará, onde ingressei muito jovem ainda na escola da vida, aprendendo que era necessário construir instrumentos para o embate com o latifúndio, às oligarquias violentas, estruturadas nesse município. Experiência cuja necessidade e companheirismo me transformou em sindicalista, depois diretor de um dos sindicatos mais combativos do sudeste paraense, reconhecido tanto na memória social como nos

livros clássicos sobre a região: o STTR de São João do Araguaia; importante parceiro do Programa Centro Agro-Ambiental do Tocantins – CAT, e do saudoso padre e intelectual Jean Hèbette. Dentre tantas tarefas, ainda assumi por dois mandatos o Legislativo municipal (2005-2008 e 2012-2016), estratégia definida pelo debate camponês local, buscando garantir espaços políticos, bem como Políticas Públicas a nível municipal, para a categoria.

Registrar isso indica não só o meu envolvimento com o tema, como o acúmulo de papéis: o de sujeito e o de pesquisador, revelando uma pesquisa que não é relato autobiográfico, mas uma pesquisa participativa, ou também uma prática de pesquisa-ação pela minha condição de ator social, e pesquisador, refletindo sobre um campo onde protagonizo. Aqui se coloca o eminente desafio de exercer o estranhamento do meu universo de pesquisa que coincide com o meu universo de vida e trabalho, não é um exercício fácil. Pesquisa-ação ou participante como a que revela o “pesquisador em ação ou do ator participante em reflexão” (DIONNE, 2007, p.24), no meu caso esse último. No entanto a pesquisa conta com outros aportes teóricos e metodológicos da pesquisa qualitativa; mobiliza a memória de sujeitos que protagonizaram como posseiros e sindicalistas neste espaço de ação política de agricultores/ as, inclusive a minha própria, desde que me tornei posseiro nessa fronteira. A pesquisa documental foi fundamental. Revirar os arquivos da entidade nos deu muitas informações ricas para essa construção. Dessa forma nossa metodologia combina variadas técnicas: memória, relatos, pesquisa documental como: atas de reuniões e assembleias do sindicato, ofícios, cartas, e outros documentos. A pesquisa bibliográfica deu suporte ao enriquecimento e fundamentação das reflexões, bem como para compreender melhor o tema.

Partindo do objetivo principal que era produzir uma reflexão do processo de formação do campesinato em São João do Araguaia a luz da experiência e protagonismo do sindicato dos trabalhadores/as rurais e ainda identificar os elementos constitutivos dessa experiência, bem como olhar como mais detalhe todo o processo de criação do complexo de assentamento de Ponta de Pedra, constituído de três Projetos de Assentamentos: Pimenteira e Primavera do Araguaia e 4 de junho. As questões iniciais da pesquisa eram: como se deu a formação desse campesinato de São João do Araguaia; quais contribuições essa experiência construía para a região; e finalmente entender melhor qual o papel da organização sindical na constituição de uma Reforma Agrária Popular e a territorialização camponesa.

As principais referências e fundamentos que sustentam nossas reflexões partem dos clássicos da região, que privilegiadamente ganhou atenção de muitos estudiosos e pesquisadores. Entre estes: Velho (2013), que esteve por essa região e construiu reflexões muitas reflexões que explicam nossa dinâmica particular. À época, São Domingos do Araguaia pertencia a São João do Araguaia. Marília Emmi (1999) que traduziu muito bem os mandos e desmandos das oligarquias da qual São João do Araguaia figura como um dos principais protagonistas. Foi nesse chão que os castanhais públicos foram apropriados de forma ilegal pelas famílias de elite, chamadas de oligarquias. Hebette (2004), Guerra (2001), os dois estudos específicos sobre o papel do posseiro e do sindicato na constituição do campesinato regional. Um conceito importante que fundamenta nossas reflexões é o trabalho de Martins (1997), que explica com clareza as mudanças e estruturação de elementos muito presentes na Amazônia e na nossa região, o qual ele chama fronteira, termo que utilizamos muito no nosso trabalho. Região com uma dinâmica de migração muito forte e com fortes conflitos, mas também estratégias de lutas para existir.

Sendo assim este trabalho se estrutura em quatro partes, sendo a primeira dedicada a história e caracterização de São João do Araguaia, e suas marcas da colonização européia, onde fizemos uma rápida passagem pela história da constituição do município e seus principais elementos históricos que marcam a sua história, desde a Chegada da Colonização européia com a instalação do forte militar; passando pelas oligarquias, e o jogo político. No segundo capítulo construímos um debate sobre o campesinato emergente da luta posseira, no qual trazemos a questão da migração e garimpo, desde Apinajés, depois vimos a ocupação posseira e o papel do Sindicato nas lutas pela terra no município e região, até a chegada do MST e a conquista de outros territórios camponeses na luta sem terra, No capítulo três fazemos a reconstituição da conquista do complexo Ponta de Pedras como ficou conhecido, onde é possível perceber de que lado o Estado está na articulação do fazendeiro com o INCRA e a insistente resistência posseira para a garantia da terra.

## **I – SÃO JOÃO DO ARAGUAIA: DA COLONIZAÇÃO À CONSTITUIÇÃO DE UM CAMPESINATO RESISTENTE**

São João do Araguaia é uma pequena e humilde cidade, com localização privilegiada, banhada pelo Rio Araguaia, uma das mais antigas localidades do sudeste do

Pará. Sua gênese está ancorada nas ações da colonização européia na Amazônia. Hoje tem uma população humilde e receptiva de pessoas, com forte origem camponesa. Com uma renda per capita apontada pelo IBGE (2018) é de R\$ 8.776,35, e como herança de toda sua história desde a colônia, o município possui um dos mais baixos Índices de Desenvolvimento Humano - IDH da região: 0,550.

O processo de povoamento e de ocupação da região Amazônica é longo e tem várias fases. Remete-se ao processo de colonização européia como estratégia de evitar que outros países tomassem conta desse vasto e rico território. Houver várias tentativas de outros países num momento em que se disputavam territórios e produtos para os mercados europeus. Assim, franceses, ingleses e outros tentaram explorar essas terras. Com as ameaças de perda de território, Portugal desenvolve ações para a ocupação efetiva das terras amazônicas. Sobre esse processo, Tavares (2011), afirma que a Amazônia fora ocupada pelos portugueses entre os séculos XVII a XIX, e:

[...] que se utilizaram de várias estratégias de ocupação do território – as fortalezas, as missões religiosas, a política pombalina, em seguida, a economia da borracha. No século XX ocorre a mudança de estratégia de circulação dos rios para as rodovias, que resulta no século XXI, em um espaço regional marcado pelas contradições socioeconômicas e ambientais decorrentes do modelo histórico e espacial de desenvolvimento excludente. (TAVARES, 2011)

O fragmento cabe bem na história do município. São João do Araguaia é um dos mais antigos do sudeste do Pará. Afirma a literatura, que está localidade data do fim do século XVIII, como resultado de disputas territoriais da época do Brasil Colônia. Assim, por iniciativa do governo da capitania do Grão-Pará, tendo em vista a necessidade de estabelecer um entreposto militar na confluência dos rios Tocantins e Araguaia para evitar a evasão de divisas e fuga de mão-de-obra escrava em direção ao Centro-Oeste do Brasil Colônia, o município inicia sua história. Emmi (1999, p.28) destaca sobre a história do município, que:

[...] já na confluência com o Rio Araguaia aparecia S. João do Araguaia, uma antiga colônia militar fundada em 1850, pelo governo provincial do Pará com a finalidade de impedir os extravios de ouro e a fuga de escravos de Cameté para Goiás, bem como assegurar a tranquilidade do seu trânsito agressor no seio das terras dos índios Timbiras, Carajás e Apinagés. (EMMI, 1999; 28)

Notamos que há apontamentos de datas diferentes nos estudos sobre exploração e povoamento dessa região, mas que não se contradizem e sim reafirmam os elementos constitutivos e explicadores da dinâmica que deram origem a essas localidades, ao longo dos rios. Consta no quadro “Genealogia e Dinâmica Municipal do Pará”, que São João do Araguaia tem origem muito antiga, e passa por várias situações, começa como um:

Antigo presídio instalado em 1797, no Itaboca, e reestabelecido para o local atual em 1855 situada à margem esquerda do rio Araguaia. É elevada à categoria de vila em 5 de novembro de 1908, através da lei n. 1.069. Perde parte do seu território em 1913, para a criação do município de Marabá. Em 1923, é extinto e anexado à Marabá, e reconquista a autonomia em 1961. (TAVARES 2008, p.79)

A história do município apresenta altos e baixos, criado para ser um ponto de apoio e controle para os colonizadores europeus, e ter sido ainda o mais antigo município a ter autonomia nessa região, como revela o fragmento. Outra versão dos fatos narra que a descoberta de caminhos pelos Rios Araguaia e Tocantins, puseram em contato e confronto viajantes, exploradores e indígenas, e neste caso em específico os Apinajé, grupo que deu nome a uma importante vila do município, local de garimpo de pedras preciosas, especialmente o cristal. A Vila “Apinagés recebeu esse nome pela presença de uma família de descendentes dos índios Apinajés emigrantes de Araguatins (TO) para vila na década de 1950.” Vejamos outra narrativa:

Em consequência dessas correrias foi fundado, em 1780, o posto militar de Alcobaça, que apesar de suas seis peças de artilharia foi abandonado devido as incursões dos Apinajé. [...]. Em 1797 foi fundado o posto de São Joao das Duas Barras, atual São João do Araguaia. Esse fato marcou a entrada dos Apinajé em contato permanente com a sociedade nacional. [online] LADEIRA e AZANHA (2003, s/p)

É fato que São João do Araguaia além de ser uma referência antiga na região, contribuiu efetivamente com a economia do Estado e do país, no momento da extração do caucho (*Castilla ulei*), castanha (*Bertholletia Excelsa*), cristal e diamante no leito do seu rio. Porém o município também sediou dando suporte estrutural e legal, a uma das mais conhecidas oligarquias da castanha dessa região: a oligarquia Mutran, conforme se refere EMMI (1972), em seu profundo estudo sobre as oligarquias da castanha na região: a oligarquia Mutran.

No ano de 1908 a lei estadual nº 1069, cria o município de São do Araguaia, desmembrando de Baião, antes mesmo da criação da cidade de Marabá, cidade que tomou centralidade no projeto militar de colonização da Amazônia. Cinco anos depois, um tempo muito curto, em 1922, perde sua autonomia e tem seu território anexado ao município de Marabá, e somente em 1962 conquista sua independência territorial novamente, mas tem no comando a oligarquia Mutran. O município, logo na primeira escolha de gestor, elege um prefeito de perfil oligarca e mandonista: Osvaldo Mutran, conhecido como Vává, condenado por crimes violentos. Este sujeito, beneficiado pelo Estado, se apropriou de parte dos castanhais do município e da região em nome de sua

família. Na realidade havia uma estrutura política favorável ao controle oligarca, conforme aponta Emmi (1999, p. 55):

... levam a criação e a manutenção da política oligárquica o controle monopólico dos bens de produção, o analfabetismo de boa parte da população dependente, o isolamento tanto sócio-político quanto econômico do município e a manipulação de recursos por meio da política. (EMMI,1999; 55)

Essa estrutura política no caso da região de Marabá, a autora chama de Oligarquia latifundiária mercantil, pelo fato de “... seu poder está no monopólio do comércio da castanha sustentado ou alimentado pela concentração da propriedade da terra...” (EMMI, 1999, 56; 57), como é o caso da família Mutran.

Conta a história que São João do Araguaia experimentou todos os períodos importantes da economia extrativista na Amazônia, desde toda sua existência, mas teve seus auge nos anos 1930 com o caucho e posteriormente a passagem para os garimpos de cristais e diamantes (1939), depois a castanha que oscila, entre altos e baixos, conforme o mercado. A dinâmica produtiva do lugar era dada pela presença de migrantes principalmente do Maranhão: garimpeiros, coletores de borracha e castanha. Ali vai se constituindo uma sociedade de extratores, garimpeiros, pescadores, lavradores de roças de terra firme e de vazantes, formando povoados e estabelecendo vilas e povoados.

Em abril de 1951 chegaram primeiros garimpeiros, compradores e exportadores de cristal. A mineração ocasionou o surgimento de um povoamento à margem do Igarapé Cabeça Dantas e próximo do rio Tocantins (1950). A extração durou até as minas exaurirem em 1952, quando os mineradores migraram para a mina do “chiquerão” em Xambioá no estado do Tocantins (PEREIRA, 2004). (ARAUJO, SIEBEN, 2020, p. 133) DOI: <https://doi.org/10.4025/bolgeogr.v38i2.43271>

Nos anos de 1950 tem seu auge com a produção de castanha, que perdura até os anos de 1970, quando chega a Rodovia Transamazônica, intencionalmente facilitadora da entrada do grande capital e a devastação das florestas, rios, solo e subsolo, assim como acirrando disputas e criando novos conflitos. Em consequência dos grandes projetos, como denúncia Jean Hébette (2004), o período que se sucede é o da pecuária, aliada a exploração da madeira, produção de carvão vegetal dos anos 1980 pra frente, tudo incentivado pelo projeto de Amazônia da Ditadura Militar. Esses últimos, responsáveis pelo que se pode chamar do maior crime da humanidade, o desmatamento da floresta densa e a implantação da fazenda de gado, um desrespeito total as populações que viviam desses recursos: floresta, rios, etc. e também aos recursos naturais.

Neste solo, a Companhia Siderúrgica do Pará - COSIPAR instalou vários fornos no interior das florestas de castanha, para produção de carvão vegetal, e vimos, não

passivamente, ano a ano a derrubada e queimada de cada castanheira, e outras madeiras, um crime ambiental de proporções imensuráveis, assim como a exploração de famílias inteiras neste ofício, inclusive crianças, pois era contratado o pai, mas o patrão contava com o trabalho de toda a família. O trabalho escravo, o trabalho infantil são frutos da extrema desigualdade socioeconômica, da exclusão social, das situações extremadas de pobreza pelo Brasil a fora, especialmente do nordeste brasileiro.

Um cenário doloroso que leva milhares de famílias a migrarem para a Amazônia como estratégia de sobrevivência, uma aventura em busca do que chamam *arriscar a sorte*, mas acabam caindo em rígidas e desumanas regras de trabalho: mulheres, meninos e meninas em situações de vulnerabilidade extremada, excluídos de todo e qualquer direito: salários dignos, escola para as crianças e jovens. Muitos de nós, agricultores dessa fronteira, somos parte dessa sociedade desigual e, portanto migrantes, em busca do sonho, lembrando do geógrafo Milton Santos. Para sobreviver nos embrenhamos nas matas, nas *invasões* das fazendas e castanhais apropriados ilegalmente pelas elites agrárias. Estudos de Hébette (2004) e outros trazem essas reflexões.

Dessa maneira quase toda a paisagem de floresta densa fora paulatinamente substituída por pastagem e não era difícil ver verdadeiros cemitérios de árvores, espalhados nessa região. Mesmo com as terras já concentradas nas mãos das oligarquias, a agricultura já vinha se fazendo como uma importante forma de subsistência, inclusive com a presença de roças de vazantes e de uma categoria social de lavradores que organizam sua produção de forma sazonal, combinando extrativismo da castanha no inverno e roças de vazantes no verão, com cultivos de culturas anuais: melancia, abóbora, arroz, milho, mandioca, hortas e outros cultivos de ciclo curto, de forma que se plantava e se colhia até as chuvas chegarem. Soma-se ainda a caça, a pesca, o garimpo e outras atividades ao longo do ano, o que lhes garantia sustentação o ano inteiro.

Com uma geografia privilegiada, banhado pelo Rio Araguaia, o município ocupa uma área de 1301,739 Km<sup>2</sup>. Desta área, 80% representam a zona rural. Dados do SIPRA (2014), afirma existir nove Projetos de Assentamento, com 1.130 famílias agricultoras, numa área total de 36.378.9644 ha, e mais, a metade dos PA Ubá e do PA Veneza situam-se dentro do município de São João do Araguaia, apesar de registrados no INCRA como sendo de São Domingos do Araguaia. Existem ainda outras áreas de agricultura familiar: Landi, Ponta de Pedra do Araguaia, Cajueiro, Novo Pará, Novo Modelo e Novo prainha. Esses territórios camponeses vivem pressionados pelas maiores fazendas do município,

que são as Fazendas: Maratá; Toledo; Santa Lúcia; Araguaia; Mariela; Boi Forte; e São Pedro, além de outras menores. Nesse território também registram-se muitos conflitos sangrentos entre latifundiários, posseiros e o Estado, que sempre esteve junto com as oligarquias e elites agrárias.

São João do Araguaia situa-se na meso região do sudeste do Pará, distante da capital do Estado, Belém do Pará, 724 km, localizado à margem do Rio Araguaia, tendo à frente da cidade, muitos pedrais e praias, espalhados ao longo do Rio. O rio Araguaia é nosso principal espaço de lazer, e recebe também moradores dos arredores. De acordo com o IBGE (2016) possui uma população aproximada de 13.569. Cidade colonial como dissemos anteriormente, inclusive com objetos e adereços históricos que desapareceram de diversos lugares da sede do município, a exemplo dos canhões que ficavam da praça da beira do Rio Araguaia, peças de ouro da Igreja Católica também desapareceram. Restou a memória do povo, e a marca concreta do período colonial, assentada pela Coroa Portuguesa, para todos verem na Igrejinha da cidade: uma pia batismal. Ali onde foi o ponto de poder colonial, ficou a Prefeitura da cidade, sob o controle do poder oligárquico, hoje muito disputado, inclusive pela classe camponesa, de origem posseira.

## **II- A FORMAÇÃO DO CAMPESINATO EM SÃO JOÃO DO ARAGUAIA**

Com uma história marcada pelas mãos da colonização branca européia, o município foi se constituindo de gente forte e resistente, que formam comunidades tradicionais de ribeirinhos, pescadores, garimpeiros de diamante, pedras preciosas como cristal, caçadores, castanheiros, também agricultores de roças de vazantes, de terra firmes, e outros. Povo que vai se agregando e constituindo seus territórios.

Este lugar, também mobiliza histórias de comunidades negras resistentes à escravidão, como aponta a literatura que o forte de São João foi instituído para conter fuga de negros (VELHO, 1972). É essa gente que vai se enraizando, em consonância com o sistema natural dos rios, das florestas, construindo uma dinâmica muito interligada entre as necessidades da vida humana e a importância da natureza, numa verdadeira combinação com as múltiplas vidas, as estações do ano, o cosmos, recriando o lugar e suas culturas. Entre estas, cuidamos e reinventamos aos nossos tempos e crenças, a folia do Divino Espírito Santo, uma das mais expressivas festas da região, que realiza-se todo mês de julho, com cara de festa do campesinato, fartura, gente simples, muitas cores, cantorias, ritmos como percussão e cordas, uma bonita mistura de sagrado e profano.

Lugar de solo e subsolo rico recebe muitos povos humildes, desterritorializados de seus Estados de origem pelo sistema desigual predominante no país, descem o rio, e se tornam coletores do caucho, coletores de castanhas, e também garimpeiros, estabelecem moradias nesse lugar e vivem da pesca, caça, coletas diversas, roças de terras firmes e de vazantes, de cultivos anuais, extrativismo. Porém o município se torna dominado pelo poder oligarca de famílias da elite latifundiária. Para Emmi e Marin, (1996, p. 51), no contexto do Pará, oligarquia, trata-se de uma estrutura de poder que se caracteriza pelo controle político e econômico exercido por uma extensa rede de relações em que predominam mecanismos de dominação/ subordinação. Notamos que desde a colonização, desenvolve-se aí uma lógica violenta de expulsão e apropriação das terras e territórios onde os povos viviam. M. Emmi (1999, p. 146-148) identifica essas áreas de castanhais do município sob o domínio dessas oligarquias, domínio possibilitado facilmente pela Lei de Terras de 1850. Essa Lei permitiu:

A transferência de terras devolutas do patrimônio da União para o patrimônio dos Estados, prevista na constituição Republicana de 1891, vai beneficiar, em regiões como o Norte, a formação de novos latifúndios, uma vez que essas terras ao serem transferidas para os Estados passam para o controle das oligarquias regionais que delas vão se aquinhoar.” (EMMI, 1999, p. 48)

Esta Lei beneficiou diretamente uma dezena de famílias concedendo-lhes títulos de aforamento e/ou arrendamento por governos também interessados no controle político e de se manter no poder. Posteriormente o chamado aforamento perpétuo para garantir que não perdesse o privilégio de ter a propriedade da terra.

São João do Araguaia teve grande parte de seu território rico de castanhais e outros produtos nobres no mercado, como madeiras, óleos, e outros, fato que fez desse município um foco de conflitos, na disputa desigual por terra e território. É importante lembrar inclusive de um conflito armado, de caráter eminentemente político organizado, como foi o caso da Guerrilha do Araguaia<sup>1</sup>, ocorrida na década de 1970.

Assim, São João do Araguaia esteve no centro dos conflitos, o principal deles por conta da cobiça e poder das oligarquias pelo controle absoluto dos castanhais. Uma forma de poder fechada dentro de um pequeno grupo de famílias e com caráter eminentemente mandonista, beneficiados pelo governo. A tomada das terras por uma grupo privilegiado deixou muita gente em situações difíceis, soma-se aí, mais a chegada de centenas de

---

<sup>1</sup> Movimento armado constituído de jovens, estudantes de Universidades e ou formados, ligados ao Partido Comunista do Brasil, fortemente reprimido pela Ditadura Militar na primeira metade da década de 1970. Teve uma de suas bases na chamada Faveira, no município de São João do Araguaia.

outras famílias nordestinas, especialmente vindas do Maranhão, um movimento migratório promovido pela ditadura militar que pregava “terras sem homens para homens sem terra”, e trouxe uma leva de gente para a Amazônia e sudeste do Pará onde nos situamos. E é essa gente inconformada com as falsas promessas, com a concentração de terra, com a violência com que são tratados, que vai dar o troco. O troco é a retomada das terras, dos castanhais, ocupados pelo movimento posseiro que paralelamente tira o sindicato das mãos dos pelegos para defender as famílias que estão na luta por terra. Há uma ocupação massiva de fazendas e castanhais no sul e sudeste do Pará, um verdadeiro levante posseiro. No caso de São João do Araguaia, a ocupação dos castanhais por centenas de famílias posseiras organizadas no STTR local. A seguir algumas das áreas do município apropriadas por grupos oligarcas, e retomadas pelos posseiros.

**Quadro 01: Castanhais ocupados por posseiros do Movimento camponês 1980-87**

Nº de Ordem	Castanhal	Oligarquia	Área em ha	Nº ocupantes
01	Boa Esperança	Mutran	3.600	90
02	Cuxiú I	Mutran	3.600	40
03	Cuxiú II	Mutran	3.600	120
04	Belo Horizonte	Azevedo	3.600	61
05	Ubá	José Oscar Mendonça Virgolino	4.289,5	-
06	Consulta	Silveira e outros	4.716,6	115
07	Almescão	Pombo	3.597,4	101
08	Belo Horizonte	Holanda	2.168,2	44
09	Croá	Moraes	1.558,5	46
10	Mãe Maria	João Anastácio de Queiroz	3.876,6	.

Fonte: Adaptado de Emmi (1999; 146-149), completados com dados do STTR de S. João.

A conformação desse contexto apresentado no quadro mostra algumas famílias já conhecidas e que constituem as oligarquias, que se apropriam de milhares de ha de terras no município, deixando centenas de famílias sem áreas para sua sobrevivência. Entre estas: Mutran, Azevedo já conhecidas. As famílias posseiras constituídas de migrantes e os que já estavam na região, trabalhando nos garimpos e na extração de castanha fazem um movimento político de retomada dessas áreas para a redistribuição.

Dessa maneira vai se constituindo o que chamamos de campesinato, uma categoria social constituída de forma diversa: posseiro, ribeirinhos, castanheiros, assentados, acampados, trabalhadores de vazante, pescadores, que na luta pela vida enfrenta muitos

conflitos, chacinas, assassinatos, sumiço de corpos. Chegar até aqui não foi fácil, foram muitas lutas e resistências, nada se deu de forma pacífica. A seguir um quadro com os nomes de posseiros assassinados, registrados no Sindicato de São João do Araguaia. Sabemos que são muito mais, trabalhadores que desapareceram dentro das matas, e muitos deles nem temos notícias.

**QUADRO 02: POSSEIROS ASSASSINADOS POR PISTOLEIROS EM SÃO JOÃO DO ARAGUAIA - PA**

<b>Ano</b>	<b>Local do Conflito</b>	<b>Trabalhadores assassinados</b>
1985	FAZENDA UBA	JOSE PEREIRA DA SILVA ( ZE PRETINHO) WALDEMAR ALVES DA ALMEIDA JOÃO EVANGELISTA VALERIANO FRANCISCO FERREIRA ALVES LUIS CARLOS PEREIRA SOUSA JANUARIO FERREIRA LIMA FRANCISCA NELSON RIBEIRO.
1996	FAZENDA PASTORIZA	SEBASTIÃO ALVES JOÃO MENEZES *BIGODE *GONGO * Não identificamos os nomes.
2000	FAZENDA PRATA	JOSE RIBAMAR SOUZA

Fonte: Arquivos do STTR de São João do Araguaia, 2021.

Por conta desses acontecimentos expostos no quadro, São João do Araguaia tornou-se conhecido internacionalmente, a chacina da Ubá colocou o Estado no Banco dos Réus. Organizações de Defesa dos Direitos Humanos do Brasil e do mundo todo se manifestaram exigindo reparações, e muito recentemente o Estado veio pedir perdão para as famílias do Assentamento Ubá.

É dessa forma que o campesinato se insere dentro desse movimento social em torno da terra. Esse movimento é constituído de milhares de famílias camponesas, com formas de vida e autodenominações diversas. Vivem da agricultura, da prática do cultivo da terra, do extrativismo, da pesca, na produção de alimentos para o sustento do grupo familiar. Campesinato é um termo que traduz a forte expressão política de uma ação coletiva orgânica de enfrentamento a estrutura agrária que beneficia apenas as oligarquias e elites agrárias. Estas concentram as terras para gerar lucro, enquanto o campesinato luta pela terra para produzir e viver dela. Atua na redistribuição da terra, sem a proteção da lei, portanto, “na marra”. Assim campesinato é também um movimento cultural que defende uma forma de viver, a partir da terra; cultivando-a com plantios de alimentos,

ervas medicinais, além de pequenas e médias criações, além do extrativismo de produtos da floresta: açaí, bacaba, cupuaçu, castanha, e outros, Numa relação imediata com os ciclos da natureza.

Campeinato é uma expressão usada por teóricos para definir uma categoria social que vive na terra, e do trabalho na terra, que tem cultura própria, também associada a classe por trabalhar e produzir na terra. Como diz Costa, “[...] enquanto classes sociais em construção enfrentam desafios fundamentais para garantir a sua reprodução social numa formação social sob a dominação do modo de produção capitalista [...]”. (COSTA, 2014, p. 116).

O processo de formação do campeinato do município de São João do Araguaia é muito antigo, se considerarmos que nessas terras já existiam grupos étnicos diversos, depois que nessas beiras de rios se formaram quilombos, comunidades originadas da resistência de negros e negras à escravidão. E são esses grupos que misturados com europeus empobrecidos vão iniciar e multiplicar uma enorme população distribuída em diversas comunidades espalhadas ao longo de todo território amazônico.

No caso específico do campeinato de São João do Araguaia situamos na história a partir do ano de 1951 quando trabalhadores começam a adentrar na mata em busca de um local para se estabelecer, sendo que a penetração destes trabalhadores se deu pelo local denominado de Apinajés. Estes trabalhadores eram principalmente nordestinos, que vinham pelo rio de barco, principal e talvez única forma de transporte, mas também a pé, ou nas tropas, pela estrada do boi. Estes que tinham se estabelecido nesta localidade para trabalharem na extração de pedras preciosas, em virtude da existência de um garimpo de diamante neste local, especificamente no encontro dos Rios Tocantins e Araguaia. Assim a atividade do garimpo dá início a aglomeração desses trabalhadores extrativistas, aí vem as necessidades o que vai atrair vários investidores: compradores, comércio de mantimentos, barqueiros, etc. Isso atraiu muitos trabalhadores para aquela localidade, inclusive muitos moradores de São João do Araguaia acabaram mudando para Apinajés, tendo o local, naquela época, ganhado muitos habitantes.

O garimpo teve pouco tempo de duração, o que fez com que boa parte destes trabalhadores procurasse outras formas de trabalho, dentre estas, a agricultura, a pesca, além da extração do caucho e da castanha. Muitos passaram a se dedicar a prática da agricultura, pois ao redor da Vila havia muitas áreas de terras devolutas, que contribuiu para que muitos trabalhadores fizessem a ocupação. Outros foram cada vez mais

penetrando na mata a procura de um lugar mais distante da beira rio onde pudesse se estabelecer para desenvolver agricultura.

Conforme Velho (1972) desde o esgotamento do garimpo em Apinajés diversos indivíduos, em geral maranhense, e piauiense, foram penetrando na mata, afastando-se do rio, e dedicando-se à agricultura. Durante a safra da castanha, coletavam o fruto, seja para os patrões, seja para si mesmo em castanhais do município ou às escondidas em castanhais alheios (p. 115), prática comum quando os castanhais públicos foram sendo apropriados pelas elites políticas locais e se tornando de controle das oligarquias. Nos anos 20, 30 com o auge do extrativismo da castanha, muitos foram atraídos para essa atividade.

Foi neste contexto, que se formou o povoado de São Domingos das Latas, que aos poucos foi sendo povoado com a presença de maranhense, piauiense, cearense, goiano, um de seus primeiros habitantes é cita Velho, (1972): ‘Um desses indivíduos foi Serafin Canafista da Silva, humilde lavrador piauiense que foi o primeiro a se estabelecer a 18 km de Apinajés, no local onde hoje se encontra São Domingos do Araguaia’ (p.116).

Como podemos perceber a entrada dos trabalhadores para locais mais distantes da beira do rio possibilitou que tais trabalhadores mudassem suas formas de viver, haja vista que muitos desenvolviam outra forma de trabalho que era a de garimpeiros, o que fez com que eles após essa mudança passassem a trabalhar na agricultura.

De acordo com Velho (1972), freqüentemente, um membro da família se aventurava na floresta, sozinho ou com um filho, um cunhado, um primo, e em algumas vezes, uma mocinha para cozinhar e limpar; em seguida a família vinha para se instalar. A localidade na maioria das vezes era povoada principalmente por pessoas com laços de parentescos, pois caso o lugar se mostrasse conveniente, outros parentes eram chamados se a aventurar, quando o local correspondia finalmente àquilo que se esperava. Assim a grande família reconstituía-se, ao menos parcialmente. (p.103). No primeiro momento as famílias instaladas em São Domingos, ainda pertencente a São João do Araguaia, se dedicaram a praticar agricultura na plantação de milho, mandioca, feijão, arroz, e na coleta de castanha, com o crescimento do lugar muitas pessoas vieram para se instalar no local, haja visto que muitos viram no lugar formas de melhorarem de vida.

Se por um lado isso contribuía para o crescimento do povoado, por outro trouxe problemas, tendo em vista que com o aumento de trabalhadores no povoado era necessário ampliar áreas de terras para fazerem suas plantações. O que certamente ocorreu no primeiro conflito registrado na época, onde trabalhadores fizeram

enfrentamentos com um suposto dono de castanhal que se denominava dono de uma área de terra que vinha sendo ocupada por trabalhadores. Segundo Velho (2013):

O clímax da crise deu-se numa madrugada de novembro de 1958, quando tiveram notícia de que o requerente se aproximava com trinta homens e um agrimensor para demarcar as terras. A população de São Domingos tomou medidas de guerras, e enquanto alguns ficavam no povoado com as mulheres e crianças, a maioria foi ao seu encontro numa ação conjunta que se aproxima da caracterização de uma situação de comunidade ... (p.120).

Portanto como vimos é com a chegada dos maranhenses, piauienses, cearense e goiano durante a década dos anos 1950 e 1960 que o processo de ocupação do município de São João do Araguaia foi intensificado. Afirma Velho (1972) que:

Foi durante os anos 1970 e 1980 que a fisionomia econômica e social dessas regiões transformou-se radicalmente. “A mudança iniciou-se nos anos 60, quando pequenos agricultores, oriundos do Maranhão, penetraram espontaneamente no Pará pelo município de São João do Araguaia, não mais, desta vez, para trabalhar nos castanhais ou nos garimpos, mas para ocupar terras livres” e formar lavoura (1972, p. 132).

Muitos desses trabalhadores vieram de seus estados em busca de melhoria de vida, outros vieram por terem sido expulsos de suas terras, ou por causa da seca que afetava seus lugares. Neste período não muito longe, quando a terra era considerada um bem de todos, expresso na fala de Cledeneuza Bizerra, uma sindicalista desse lugar, liderança das mulheres quebradeiras de coco da região: “... no tempo que as terras não tinham dono” (BIZERRA, 2017), pois aqueles que iam chegando, iam ocupando livremente as áreas com ajuda dos outros trabalhadores que já se encontravam aqui, e assim foram surgindo novos vilarejos.

Contudo, é na década de 1970 que o município de São João passa por uma transformação no processo de ocupação fundiária de seu território, e em decorrência disso, o município foi diretamente envolvido no episódio que ficou conhecido como a Guerrilha do Araguaia. E é nesse período que governo militar adota, medidas estratégicas para ocupar a região.

Até os anos de 1970, o município de Marabá e São João do Araguaia, na margem oeste dos rios Tocantins e Araguaia, era totalmente coberto de florestas. A população vivia de atividades sazonais: a busca de diamantes no rio Tocantins, a caça e a comercialização de peles silvestres e cata da castanha do Pará, conhecida na literatura como castanha do Brasil. As matas de castanhais foram progressivamente controladas por uma oligarquia mercantil; esta foi beneficiada pelo Estado do Pará com o aforamento ou arrendamento de áreas de 3.000 ou 4000 hectares de floresta, das quais acabaram se

pretendendo verdadeiros proprietários privados. Além disso, acostumaram-se a ampliar, sem fundamento legal, suas áreas de domínio, acrescentando-lhes o que se chamou “excedente” ou “sobra”. Pretenderam ser, dessa maneira, donos exclusivos do que chamaram o Polígono dos Castanhais. (HÉBETTE 2004, p. 230).

Uma das primeiras medidas foi abertura da Rodovia Transamazônica, logo em seguida criou o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, que foi o órgão responsável pela demarcação das terras nesta região. Hébette (2004) afirma que a partir de 1970, para dar continuidade ao programa de integração e povoamento do espaço amazônico, governo do então presidente Médice resolveu abrir uma imensa estrada no coração da Amazônia com promessa de oferecer “terra sem homens para homens sem terra”, slogan muito usado como propaganda. Nesse período, pretendia instalar ao longo da estrada; Transamazônica, cerca de 100.000 famílias, até 1974.

Com o aumento das disputas da terra entre posseiros e latifundiários principalmente na região do Araguaia, em especial no município de São João do Araguaia, é criado em 1980 o Grupo Executivo de Terras do Araguaia Tocantins GETAT, que teve papel significativo neste processo.

Entretanto, o processo de demarcação das terras feita pelo governo militar através do INCRA, contraria uma lógica de uso das terras pelas populações migrantes, no município de São João do Araguaia, não levou em consideração os posseiros que já ocupavam a área de terra há bastante tempo. Muitos foram expulsos de suas posses, e suas terras foram entregues a grandes grupos de latifundiários e para grandes empresas madeireiras, que estavam interessados somente em explorar os recursos naturais. Vimos que ao longo da Rodovia Transamazônica especialmente no perímetro de Marabá ao município, grupos como COSIPAR construíram fornos de carvão por conta da vegetação e floresta densa que tinha nessa região que seria transformada em carvão vegetal para a siderurgia que se instalava na região. Tudo pareceu bem pensado: Grandes projetos (rodovias, ferrovias, hidrelétricas, portos) para atender grandes empresas e mineradoras. Concomitantemente o incentivo a migração, formação de fazendas, madeireiras, siderurgia, carvão vegetal e mais recentemente a monocultura do agronegócio.

Observa-se que esta forma de demarcação fez com que muitos posseiros perdessem sua área de terra, pois nesse período eles não contavam com nenhum tipo de apoio por parte do Estado, ou Prefeituras, viviam desamparados de qualquer apoio. Porém foi nesse processo de perda que os posseiros perceberam a necessidade de se organizarem para enfrentar o estado, particularmente o INCRA e os latifundiários.

Diante de tanta perseguição humilhação pela qual estavam passando, os posseiros vão à busca de apoio e encontra na Igreja Católica amparo através das Comunidades Eclesiais de Base CEBs e da Comissão Pastoral da Terra CPT, que os orienta a como se organizar para defender seus direitos. Jean Hebette (2004) afirma que:

Foi nesse espaço que brotaram as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) que se tornaram, durante o período militar, a forma privilegiada de organização da resistência camponesa, reforçada pela atuação da Comissão Pastoral da Terra (CPT) (2004, p. 210).

Observa-se que estes posseiros viviam desamparados de qualquer apoio, uma vez que já existia o Sindicato dos trabalhadores rurais de São João do Araguaia, mas este estava na mão de pessoas que não representavam os interesses dos posseiros. Segundo Medeiros (1989), citado por Hebéte (2004) a proposta de ocupação da região dos governos militares foi acompanhada da fundação dos sindicatos de trabalhadores rurais que na época era controlado pelo Estado. Coletti (2019) explica que:

A partir da criação do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio (Decreto nº 19.433, de 26 de novembro de 1930) e da promulgação da chamada “Lei de Sindicalização” (Decreto-Lei nº 19.770, de 19 de março de 1931), teve início o funcionamento da estrutura sindical oficial brasileira, cuja principal característica seria o atrelamento e a subordinação das organizações sindicais ao aparelho de Estado. (COLETTI, 2019, p. 131)

Aqui na região se fala muito do chamado sindicalismo *pelego*, para diferenciar a ação sindical articulada com os interesses dos trabalhadores em situação de posse, aqueles que efetivamente estão ocupando áreas e lutando pela sua garantia para que nela possam viver e trabalhar, e aquela ação de mero assistencialismo e burocratismo, e principalmente aquele que se coloca a serviço das elites latifundiárias, as elites e oligarquias agrárias que aqui se constituíram. Nesse último caso é o chamado sindicato de *pelego*.

Os sindicatos brasileiros, para ter existência legal, passaram a ter de ser reconhecidos pelo Estado (investidura sindical), o Estado instituiu o monopólio legal da representação sindical (unicidade sindical) e criou o imposto sindical, cujo objetivo era garantir a sustentação financeira dos sindicatos independentemente de qualquer representatividade ou de adesão dos trabalhadores. 119 O objetivo do governo era claro: criar um sindicalismo oficial, frágil, não representativo e tutelado pelo Estado. (COLETTI, 2019, p.132)

Neste contexto é criado em 1974 o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de São João do Araguaia (1974), totalmente controlado pelas elites locais, o qual tinha como objetivo manter os trabalhadores longe de seus direitos. Para tanto o Sindicato funcionava como órgão do estado para controlar todas as ações dos trabalhadores.

Vale enfatizar que a Igreja Católica teve um papel muito importante neste período por ter assumido a defesa dos trabalhadores contra as ações do Estado cúmplice e a serviço dos latifúndios. Este trabalho fez com que muitos religiosos fossem perseguidos presos e até assassinados, como foi o caso da irmã Adelaide, assassinada por uma base dirigida ao sindicalista Arnaldo Delcídio, presidente do Sindicato de Eldorado dos Carajás. A Igreja orientava os trabalhadores que a terra era para todos, e ainda como os trabalhadores deveriam se organizar para garantir o seu direito a ela, conforme descreve Gutemberg Guerra (2001):

Comissão Pastoral da Terra desenvolve, junto a lavradores radicados na região, intenso trabalho de formação sindical através de uma equipe de agentes pastoral e animadores de comunidade, o que resulta na composição de uma chapa que tomará a direção do sindicato somente em 1985. Sua história é pontilhada de lutas internas e se confunde com a luta dos posseiros que vêm no STR um instrumento valioso de enfretamento dos inimigos (p.117).

Durante esse período em que o Sindicato foi controlado pelo Estado, muitos trabalhadores sócios, contrários a direção, foram afastados do quadro social da entidade. Para ilustrar, em uma assembléia realizada no dia 27 de Maio de 1984 a diretoria do sindicato afasta do quadro social os delegados sindicais e representantes dos postos sindicais das seguintes localidades: Km 74 Transamazônica, Santa Rita, São Raimundo do Araguaia, Palestina do Araguaia, Brejo Grande, Km 40, 66 e 92 e P.A 70, todos lideranças sindicais que eram contrários ao presidente, e lutavam para que o Sindicato de fato defendesse os trabalhadores. Conforme descreve Gutemberg Guerra (2001):

Para evitar o crescimento de novos líderes, o presidente do Sindicato de São João do Araguaia chegou a demitir do quadro social três delegados, dois dos quais viriam a ser eleitos presidentes, um do próprio STR de São João do Araguaia (Almir Ferreira Barros) e outro do desmembrado distrito, hoje município de Brejo Grande do Araguaia (Sr. Jeovani Brito). Os motivos estavam ligados à prática de reuniões nas delegacias, organizando a pressão sobre o sindicato para fazê-lo, por sua vez, pressionar o INCRA, no sentido de cumprir os seus atributos (GUERRA, 2001, p.122).

Essa situação gerou uma ação coletiva, e as Delegacias Sindicais organizadas denunciaram o presidente da época, junto à Delegacia Regional do Trabalho e para as entidades de apoio. Sobre esta prática de perseguição adotada pelo presidente, contra as lideranças das Delegacias Sindicais, impedindo que as mesmas funcionassem, foram muitos acontecimentos de arbitrariedade pelo qual passaram os trabalhadores rurais durante o tempo que o sindicato foi controlado pelo estado. Vale a pena reafirmar a importância das Delegacias Sindicais no trabalho de base do sindicato. Elas eram as instâncias mobilizatórias do STTR em cada micro região, vilas, ocupações ou outro,

responsável por informar fazer o trabalho de organização, informação e mobilização daquela base. Mais tarde essas Delegacias sindicais vão tomar outro formato, muitas vão virar associações daquele núcleo, povoado, vila, assentamento, etc.

Frente a esta situação, onde a direção do Sindicato excluía do seu quadro social as lideranças que eram contrárias à forma de como a entidade estava sendo conduzidas, as lideranças começam a organizar Delegacias sindicais em outras comunidades do município com objetivo de fortalecer a luta da categoria. De acordo com a Ata da Delegacia Sindical de Palestina do Pará, em cinco de dezembro de 1982 os trabalhadores reunidos na delegacia sindical de Palestina trataram da fundação da delegacia sindical do Cuxiú e do km 74 com o objetivo de fortalecer a categoria (ATA do Sindicato, 1982, p. nº 2).

É através da organização e fortalecimento das delegacias sindicais que os trabalhadores rurais vão fazer o enfretamento com a direção do Sindicato, haja vista que a mesma não possuía em seu programa de lutas sindicais, nenhuma política que representasse a categoria principalmente no que se refere à questão fundiária.

Porém é na década de oitenta, que os trabalhadores rurais passam por muitas dificuldades para se manter nas suas posses, uma vez que o governo federal através do INCRA intensificava o processo de controle da demarcação fundiária, demarcando terras para entregar a outros sujeitos como latifúndios e negando àqueles que já estavam nas terras, na condição de posseiros, o direito de permanecer.

Vale ressaltar que política fundiária adotada pela INCRA prejudicou boa parte dos posseiros que já viviam em suas áreas de terras. Esta demarcação não considerou estes posseiros e muitos foram expulsos de suas posses ou perderam boa parte delas. Em carta, encaminhada ao sindicato no dia 16 de Janeiro de 1980, um grupo de posseiros de diferentes localidades, sendo eles: Juvenal Soares da Silva, Jose Bispo da Conceição, Celestino Coelho Paiva, Ailton Silva Sampaio e Nilo Vieira da Costa denunciam o fiscal do INCRA por ter lhes prejudicado tirando mais da metade de sua área de terra para entregar a fazendeiros. Veja o conteúdo de uma destas cartas:

Eu abaixo assinado Ailton Silva Sampaio, brasileiro casado, natural do Mato Grosso, associado ao sindicato dos trabalhadores rurais, venho por meio desta solicitar a solução do meu problema. Cheguei na palestina em 1974 e ocupo uma posse de 100 (CEM) hectares na região da gameleira, sem nenhum problema de vizinhança. Em Dezembro de 1979 o fiscal do INCRA de nome Nascimento veio demarcar essas terras e fui prejudicado, perdendo aproximadamente 25 (vinte e cinco) hectares que foram cedidos ao fazendeiro conhecido como Dair. Solicito, portanto ao presidente do sindicato que encaminhe a reivindicação dos meus direitos de posse às autoridades competentes. (Carta, 1980 – Arquivo do STTR).

Diante de tantas humilhações pelas quais os posseiros passavam, estes procuravam o Sindicato para denunciar os casos, mas não conseguiam apoio para suas demandas. São muitos os documentos que relatam esta situação, mas identifica-se que em nenhum momento houve qualquer intervenção do sindicato para defender os posseiros. Outra denúncia feita ao sindicato pelos moradores do povoado Santa Rita onde os mesmos acusam o INCRA de expulsar os posseiros de sua posse diz:

Santa Rita 23 de dezembro de 1979, nós moradores dos povoados Santa Rita estamos querendo expor para o senhor, as nossas preocupações. Desde 77-78 foram demarcados na nossa região (gleba da transamazônica) muitos lotes de 100 há, cortando as nossas posses e até furando umas casas. Muitos posseiros tiveram que sair daqui perdendo tudo ou recebendo uma indenização mínima. Em março 77, tinham 174 casas ou famílias, hoje estão ficando apenas 150 famílias que vivem na maior insegurança, 16 chefes de família receberam um lote e outros tem viver sem futuro na terra dos proprietários. Dois senhores receberam cada um 9 lote, cercando de arame o nosso povoado. Foi muitas vezes falado no INCRA, na prefeitura que íamos receber um patrimônio, desde cinco anos estamos lutando para isso sem receber nenhuma satisfação. Somos todos brasileiros, pais de família queremos trabalhar para sustentar a nação. Pedimos ao senhor apoio e compressão para que nossa voz seja entendida (ofício 09-79 de 23 Dezembros de 1979).

Como podemos perceber foram muitos os relatos dos posseiros que procuravam o Sindicato para denunciar a violência que sofriam, seja por parte do INCRA, que não respeitava os limites da sua posse, ou por parte do latifúndio que agia com violência física contra os posseiros.

Foram muitas as tentativas em vão, por parte dos posseiros em busca de apoio no Sindicato, mas este não dava resposta às demandas dos trabalhadores, isso por que a direção da entidade na época era atrelada ao Estado e agia de acordo com os interesses dos latifundiários e do INCRA, que por sua vez também agia de forma contraria aos trabalhadores deixando-os sem amparo algum por parte da entidade que deveria defender seus direitos.

Ao perceberem que a direção do Sindicato não atendia suas demandas os trabalhadores passaram a questionar a atuação da direção através das delegacias sindicais, o que fez com que o presidente da entidade passasse a perseguir as lideranças de base da comunidade, fazendo intervenção nas delegacias sindicais e posto sindical, além de afastar do quadro social do Sindicato todos aqueles que discordassem de sua gestão. Constatamos que foram muitos os casos em que as lideranças foram afastadas de suas funções sindicais, como apontamos anteriormente. Encontramos em uma antiga Ata restrições como:

[...] somente poderiam voltar a fazer parte do sindicato caso se comprometessem a assinar uma carta de responsabilidade onde ficava acordado que só agiriam de acordo com as regras impostas pelo presidente. Casos contrários estavam todos excluídos da “Organização Social. (STTR/ATA, 1980)

Porém a direção do sindicato não contava que ao impor esta condição, às lideranças não iam se intimidar, ao contrário do que pensava o presidente, estas medidas serviu para fortalecer ainda mais as lideranças em suas bases.

Mas é no início dos anos de 1980 que os trabalhadores vão fazer enfrentamento direto, para retomar a direção do sindicato, no movimento que ficou conhecido como oposição sindical. Haja visto que começam a surgir no município os primeiros focos de ocupação das terras dos latifundiários, e o sindicato teriam papel significativo no processo de organização política dos trabalhadores, para fazerem estas lutas.

Foram vários os momentos onde os trabalhadores questionavam a atuação do presidente do sindicato, cobrando do mesmo a posição firme principalmente junto ao INCRA, que adotava uma política de proteção para beneficiar os latifundiários, excluindo trabalhadores de seus direitos. Jean Hébette (2004, p. 215) relata que no final dos anos 1970 e início dos anos 1980 a luta dos trabalhadores alcançou o apoio dos STTRs, ou porque conseguiram conquistá-lo, tirando das mãos dos *pelegos* instalados pelo INCRA, ou porque os criaram. Por via do sindicalismo, portanto, foi nesse período que as lideranças iniciaram sua luta de classe com maior autonomia e começaram a elaborar um projeto coletivo a nível regional.

Uns dos fatores primordiais que contribuíram para retomada do sindicato das mãos dos chamados *pelegos*, foi à formação sindical pelas quais passaram as lideranças. Através destas adquiriram muito mais consciência sobre o papel do sindicato, foram muitos os processos de formação pelas quais passaram estas lideranças, muitas foram capacitadas na sua comunidade de base, nos encontros das CEBs , além de participarem de vários encontros de formações sindical regionais, estaduais e nacionais. Estas formações serviram para adquirir uma consciência de lutas da classe camponesa onde perceberam que somente com a participação de todos conseguiram conquistar seus objetivos.

Foi com o fortalecimento e organização das delegacias sindicais, que os trabalhadores conseguiram fazer todos os debates sobre processo de retomada do Sindicato para o interesse dos trabalhadores do campo. Para tanto, ainda contaram com apoio em restrito de várias entidades que já atuavam na região em defesa dos trabalhadores. Conforme relato a seguir:

Quando nós entendemos que o sindicato era dos trabalhadores, nós fomos participar se associar. Todo mundo no sindicato! E quando entendemos que o Arlindo não trabalhava pros trabalhadores, tomamos o sindicato do Arlindo, formamos nossa diretoria. Foi assim a nossa história! (Cledeneuza, p.34).

Arlindo Lopes a quem se refere dona Cledeneuza, foi presidente do sindicato dos trabalhadores rurais durante o período de 1974 a 1985 durante sua gestão à frente do sindicato dos trabalhadores rurais, o mesmo agia em conformidade com a orientação dada pelo INCRA, e não tinha nenhum compromisso com a classe dos trabalhadores rurais, principalmente no diz respeito a questão agrária, e por isso era considerado *pelego*. Sua gestão discorreu no período onde os trabalhadores rurais sofreram muitas perseguições, haja vista que município de São João do Araguaia era controlado por fortes elites latifundiárias que detinham em seu poder grandes áreas de castanhais. Esta elite controlava o poder político e econômico do município. Como exemplo do poder das elites, o Sr. Osvaldo dos Reis Mutran (Vavá Mutran), foi o primeiro prefeito eleito após a emancipação de São João do Araguaia. Este pertencia a uma família tradicional da região, que detinha o controle de grandes áreas de castanhais no município, durante o período que esteve no poder, e se utilizou do mesmo para se apropriar e proteger em seu domínio muitas terras, além daquelas de seus correligionários. Para se ter uma idéia trouxemos um pouco das bases históricas desse poder oligarca, que se instalou no município, nos escritos de Emmi (1999) que descreve esse tronco familiar da seguinte maneira:

Esse grupo familiar cujo chefe era Nagib Mutran havia chegado a Marabá nos fins dos anos 20, já na década de 30 começa a arrendar grandes áreas de castanhas e a comprar alguns deles. Oriundos da Síria, tendo morado no Maranhão (em Grajaú onde comercializavam), fixam em Marabá e aos poucos vão se tornando grandes latifundiários. Esse grupo foi se tornando um tronco familiar importante por meio de alianças matrimoniais que unem, com as famílias suas terras e seus bens.

A trajetória do grupo inicia como a de modestos “aviados” da firma A. Borges & Cia., passando depois eles mesmos a aviadores e posicionando-se na política local, do lado oposto a de seus antigos patrões. Aparecem, posteriormente, em fins da década de 40, como grandes compradores de castanha, donos de barcos que transportam o produto e depois como exportadores. Por meio da compra e da apropriação de castanhais de pequenos e médios castanheiros presos a eles por dívidas comerciais, vão concentrando a propriedade da terra dos castanhais. Desde os anos 50 a família tentou deter o controle do poder local que, ao mesmo tempo em que consagraria sua força econômica, facilitaria ainda a expansão de seus castanhais. (EMMI, 1999; p. 91)

Era a essa gente, privilegiada do Estado a quem o sindicato era atrelado. Para se manter no cargo de presidente, ao longo desse período, Arlindo Lopes contava com o apoio do estado que utilizava o sindicato como se fosse sua extensão, uma das estratégias utilizadas pelo presidente era utilização do Funrural, conforme diz Jean Hebette (2004):

De qualquer maneira, o sindicalismo rural tinha sido regimentadamente enquadrado pelos governos e se tinha tornado um instrumento de controle social através, inclusive, de delegação de responsabilidade pública pelo estatuto do trabalhador rural de 02.03.1963, sobretudo, pela instalação do fundo de assistência ao trabalhador rural (funrural) decreto 61.554.de 17.10.1967 e do programa de assistência ao trabalhador rural (prorural) lei complementar nº 11 de 25.04.1971. Os STRS tornavam-se desta forma, espécies de secretarias municipais de bem-estar social, fornecendo atendimentos médico-hospitalar e dentários e garantindo aposentadoria rural. (HEBETTE, 2004, p. 213).

Foram muitas as manobras utilizadas pelo presidente para se manter no cargo, sendo a suspensão dos associados do sindicato uma das mais recorrentes. Todos aqueles que discordassem de sua forma de trabalhar eram perseguido e tinha sua suspensão do quadro social do sindicato, sua gestão não tinha nenhuma preocupação em defender os trabalhadores nas suas principais demanda que era pela terra.

Esta forma de trabalho adotado pelo presidente era bastante criticada pelos trabalhadores que via no sindicato uma ferramenta para enfrenta o INCRA, isso vai fazer com que os trabalhadores passem a fazer pressão para que presidente apóie suas reivindicações que era de cobrar do INCRA, que o mesmo cumprisse o seu papel.

Foram muitas as tentativas feitas pelos trabalhadores para assumirem a direção do sindicato, mas isso só foi possível no ano 1985, quando foi afastado o presidente, e é formada uma junta governativa, que ficou à frente do sindicato por quatro meses, e foi responsável pela organização do processo eleitoral que se realizou no dia 17.12.1985 e elegeu como presidente o senhor Almir Ferreira Barros, que era delegado sindical da comunidade Santa Rita, e que teve papel fundamental na organização dos trabalhadores para retomada do sindicato.

### **III – O PROTAGONISMO POSSEIRO NA TOMADA DO SINDICATO E A TERRITORIALIZAÇÃO CAMPONESA NO MUNICÍPIO**

Não se pode contar a história da terra, na região sudeste do Pará, a história do campesinato, a história da conquista de territórios camponeses, sem falar na figura do posseiro, um sujeito coletivo fundante da geografia camponesa no sudeste do Pará. Gutemberg Guerra (2001) usou a expressão Posseira da Fronteira, para falar desse sujeito coletivo. Diz ainda que o posseiro é um personagem típica de fronteira como o sul do Pará, figura costumeira das crônicas de jornais, preferencialmente da página policial, encontra-se diariamente nos escritórios do INCRA, prefeituras, posto de polícia, sala de

audiência dos juizados ou na cadeia (p. 17). Tudo isso pelo que representa e faz, pela sua condição social e política. Como cidadão, é um trabalhador rural, na busca de seu direito de viver, trabalhar, morar e sustentar sua família. Nessa empreitada são inúmeros posseiros e posseiras.

Posseiro, portanto é uma expressão muito usada desde a década de 1970, para classificar uma categoria social presente na região, mas também em todo território nacional, e esse termo posseiro, inclusive, já compunha a Carta Constitucional de 1946 GUERRA (2001; 96 *apud* MIRANDA, 1988). A autora Leonilde Medeiros (1989; 25) fala de plantações destruídas, casas queimadas e jagunçagem, como marcas características de suas lutas em outras partes do país, para atingir esse sujeito. Verifica-se que essas práticas desumanas também são comuns contra posseiros, na Amazônia e na região do estudo. Essa categoria social tem se destacado como força política forjando a redistribuição da terra e é definida como:

O posseiro que se lança nas frentes de expansão, atraído por terras livres ou induzido por programas de colonização é um agente econômico no sentido de que o seu produto está interferindo na sociedade que o cerca. [...] sequer é considerado produtor rural, açoitado pela pecha de invasor, marginal, ignorante ... É uma categoria necessária à sociedade, no sentido de que cumpre o papel de incorporação de novas áreas ao processo produtivo, ao mesmo tempo em que é negada de todas as formas possíveis pela mesma sociedade (GUERRA, 2001, p. 45).

Este sujeito tem um papel determinante, ele que ocupa a terra tornando-a produtora de bens de primeira necessidade como o feijão, o arroz, o milho, a mandioca, a galinha, o porco, e na visão do autor citado, não é um ato simples, reforça o mesmo autor. É a presença massiva desse sujeito posseiro que vai reorganizar a luta pela terra, por dentro do sindicato de São João do Araguaia. Há quem diga: sindicato dos posseiros, diferente do sindicato pelego. Foi necessário promover organicamente, significativas transformações na estrutura e funcionamento do sindicato, na época, chamado *pelego* por não representar os interesses dos trabalhadores rurais, e fazendo com que se tornasse um sindicato da luta. Desde sua criação, o sindicato era atrelado ao Estado, aos interesses dos poderes locais, enquanto precisávamos de um sindicato organizado pelos próprios trabalhadores, sem a tutela do Estado. Daí por que utilizamos a expressão *pelego*.

Em 1980 o território do município de São João do Araguaia contava área 12 mil metros quadrado, sendo que grande parte desse território estava concentrada nas mãos das famílias, Mutran, Chamié, Azevedo, Moraes, e Virgolino. Essas famílias controlavam grandes áreas de castanhais na região principalmente em São João do Araguaia, e para manter o controle dos seus pretensos castanhais, estas famílias tinham como estratégias o

uso da violência praticada por pistoleiros contra os trabalhadores. São muitos os relatos que afirmam esta prática usada por essas famílias, além disso, contavam com o aparato do estado que lhe davam total proteção, seja através da força policial e/ ou do poder judiciário. A narrativa do Presidente do Sindicato a seguir traz essa vivencia:

Eu como trabalhador rural passei muito sufoco. As vezes, quando chegava no momento de defender o trabalhador, eu sempre estava com perseguição dos fazendeiros, do pistoleiros me perseguindo, me seguindo. Várias vez foram na minha casa pra tentar me pegar, ai mudei pra Marabá, fiquei. Cheguei em Marabá, adquirir uma casa, mas eles conseguiram localizar minha casa, e começaram me perseguir. Ai pessoal do Araras, companheiros da Ubá, se programavam pra ir pra minha casa lá pra marabá. Fica uma semana me dando segurança, e outra semana, vinha outro grupo. Mas mesmo assim, não me sentia muito seguro. Pessoal me disse: melhor tu fazer trabalho de rodízio, dormir um dia num local, outro dia, no outro, e assim nos programamos. Eu dormia na casa do Paulo de Tarso, que era o advogado da CPT e trabalhava comigo, dormia na do Emanuel Wamberg; o mano, dormia no MEB, na sede do MEB, assim fui levando o trabalho, e fui, continuava a luta.

Da mesma forma que Almir Ferreira Barros sofreu essa perseguição, muitos outros sindicalistas, posseiros, advogados e religiosos ou líderes políticos não só sofreram como foram perseguidos por pistoleiros, ou mesmo polícia, muitos não puderam contar essa história, foram assassinados pela perversidade da lógica oligarca e do latifúndio, É nesse processo de exclusão dos trabalhadores rurais de ter acesso à terra, que os primeiros grupos de posseiros vão se organizar para fazer ocupação dos castanhais no município de São João do Araguaia, e vão ter como principal defensor dessa luta o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de São João do Araguaia, que agora tem em sua direção lideranças sindicais comprometidas com as causas dos trabalhadores rurais. E vão lutar para que os mesmos tenham seu direito garantido que é de aceso a terra. O relato do Ex-Presidente Sr. Almir Ferreira Barros confirma:

Pra acompanhar problema, conflito que tinha na região, e devido minha atuação assim com delegado (sindical), mas ativo, e que estava fazendo um trabalho, mas o menos, razoável, o pessoal começou me falar pra gente tomar a direção do sindicato, por que precisaria ter alguém na direção que fosse mais combativo, que fosse mas comprometido com a luta do trabalhadores. [...] eu fui eleito presidente do sindicato dos trabalhadores rurais de São João do Araguaia eleito no dia 05 de Novembro de 1985. (Entrevista de Barros, 2010)

Seu Almir, como era conhecido, marca um novo momento do sindicalismo na região, a ruptura com o sindicato pelego e o enfrentamento as forças latifundiárias e do Estado, que sempre advogava pelos grandes. É no ano 1980 que os trabalhadores rurais desencadearam um conjunto de ocupações de terras, onde 11 áreas de castanhais foram ocupadas no município de São João do Araguaia. A primeira destas áreas trata-se do Castanhal Cuxiu I e II em seguida vieram os castanhais Veneza, Almesção, Belo

Horizonte, Ubá, consulta, São Raimundo, Boa Esperança, Croá, e Araras. Juntando essas áreas ocupadas pelos posseiros, representava, mas de 35 mil hectares de terra, que agora estava nas mãos dos posseiros, parcela significativa do campesinato amazônico, presença forte no sul e sudeste do Pará. Todas essas ocupações buscaram apoio do sindicato, que agora tinha na frente de sua direção um presidente comprometido com as lutas dos trabalhadores rurais, principalmente pela defesa intransigente na conquista pela posse da terra.

Um dos pilares fundamentais que contribuíram para o enfretamento com latifundiários foi à organização dos trabalhadores nas delegacias sindicais, esta organização interna do sindicato na base, foi um dos principais elementos que garantiu que os trabalhadores rurais lograssem êxito em suas principais conquistas que era a posse da terra. Além de contar com uma base muito bem organizada através das delegacias sindicais, o sindicato contou ainda com apoio de várias entidades ligadas a defesas dos trabalhadores rurais, que tinham atuação na região, sendo elas: Comunidades Eclesiais de Base - CEBs, Comissão Pastoral da Terra - CPT, Federação dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais em Agricultura - FETAGRI, Confederação dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais em Agricultura - CONTAG, Conselho Nacional de Seringueiros - CNS, Federação de Órgãos para Assistência Social e Educação – FASE Amazônia, Sociedade de Defesa dos Direitos Humanos - SDDH, entres outras.

Durante esse período onde se intensificou a disputa pela posse da terra, é que as lideranças sindicais e os posseiros passam a ser perseguidos por pistoleiros contratados pelos os latifundiários para expulsá-los de suas posses, muitos posseiros foram presos e até mortos, como foi o caso da chacina da fazenda Ubá ocorrido em junho de 1985, onde oito trabalhadores rurais foram assassinados por pistoleiros a mando dos proprietários:

Na região de Marabá, como já foi aludido, as lideranças camponesas, nasceram das lutas pela posse da terra em confronto com o latifúndio e os especuladores fundiários; participaram da ocupação de terras públicas aforadas pelo estado e convertidas pelas oligarquias locais em propriedades privadas; sofreram as humilhações dos pistoleiros, as prisões, assassinatos, Jean Hebette p. 214.)

Essa fala de Hébette, minha própria experiência na direção do sindicato, a observação e vivência na dura luta pela terra corrobora o que diz Guerra (2001; 94), em seu estudo sobre o posseiro da fronteira: “A determinação em obter a terra e por ela lutar com tamanhos riscos é uma das características mais fortes do posseiro.”. Diante dessa situação, o sindicato com o apoio das entidades, denunciou todas estas violências pelas

quais estavam passando os trabalhadores rurais. No caso da fazenda Ubá o mandante do crime foi detido por cinco dias, mas foi posto em liberdade após 10 dias beneficiados por um *habeas corpus* dado pelo tribunal de justiça do Estado. Em outubro daquele ano, Virgolino, o pretense dono da área, teve prisão decretada, mas não foi encontrado pela polícia. Em dezembro de 1987, depois de preso quando se apresentou à justiça, ele ficou recolhido numa cela especial no quartel da Polícia Militar, mas tão logo recebeu da juíza Ezilda das Chagas Pastana Mutran, da comarca de Marabá, uma autorização para passar o final de ano com família. No despacho da juíza Edmundo Virgolino deveria voltar à cela em 04 de janeiro do ano seguinte, algo que nunca ocorreu. Aí notamos muito claramente de que lado a lei e a justiça está e sempre esteve. Aqui novamente Mutran aparece privilegiando antigas oligarquias.

Diante da firmeza do presidente do Sindicato em fazer a defesa dos trabalhadores junto ao poder constituído é que governo federal em 1987 finalmente autorizou a desapropriação de vários castanhais na região sendo que boa parte dessas áreas estava dentro do município de São João. Airton Pereira (2015) relata que:

Em 1987, segundo a CPT Norte II (Pará e Amapá), existiam 73 castanhais ocupados nos municípios de Marabá, São João do Araguaia e Itupiranga, uma área com mais de 262.000 hectares, todos em situações de conflitos violentos. Devido a intensidade desses conflitos e as reivindicações dos STRs e da CPT, em abril e maio de 1988, o ministro da Reforma e Desenvolvimento Agrário (MIRAD) Jader Barbalho, desapropriou 61 castanhais que estavam ocupados por posseiros, (PEREIRA, 2015, p.125).

Boa parte dos castanhais desapropriados estava localizado no município de São João do Araguaia. Tratam-se dos Castanhais: Cuxiu I e II, Consulta, Santo Antonio, Boa Esperança, Veneza, São Benedito I e II e Castanhal Araras. Estas áreas desapropriadas já estavam ocupadas pelos posseiros desde o início dos anos de 1980.

Esta medida no primeiro momento trouxe alívio para os posseiros, haja vista que antes desse processo já vinham sofrendo todos os tipos de ameaças e perseguições, seja por parte dos latifundiários que os ameaçavam através de pistoleiros, e do Estado através da polícia e do Poder Judiciário.

Esta ação adotada pelo governo deu esperança aos posseiros que viam nesse processo a chance real de conquistarem de fato a posse da terra. Tendo vista que a partir de então faltava apenas o INCRA criar o assentamento para legalizar todos os posseiros em seus lotes. Justo aqui começa noutros desafios na luta pela terra na região.

### **3.1 A morosidade da Reforma Agrária e os novos desafios no campo**

Uma das primeiras políticas a ser implantada pelo INCRA dentro das áreas desapropriadas seria a criação dos projetos de assentamentos. O passo seguinte seria a demarcação dos lotes para entrega aos posseiros, confirmando a estes o direito de serem os legítimos donos da terra. Sabemos que outras medidas seriam necessárias, como apoio à produção, estradas, políticas de atendimento à saúde e de educação para que as famílias pudessem ter uma vida digna no campo, como reza a política de Reforma Agrária. Esta não é só distribuição de terra, prevê apoio na infraestrutura, assistência técnica, escola, posto de saúde equipado com equipe de saúde atuando.

Acontece que tais medidas não foram implantadas pelo INCRA, o que trouxe muitos problemas para os posseiros. A não criação imediata dos projetos de assentamento pelo INCRA possibilitou que outros sujeitos aparecem dentro das áreas desapropriadas e áreas ocupadas por posseiros. Os primeiros a surgir foram os madeireiros que se aproveitando do abandono dos posseiros pelo INCRA, adentram as ocupações explorando madeira. Com isso acabaram ocupando boa parte das áreas, seja através da grilagem, ou porque conseguiram comprar a posse de alguns posseiros, por um preço muito abaixo do mercado. Assim passam a se considerar donos das terras, e tinham como objetivo exclusivo, explorar a madeira para vender às serrarias.

Após a retirada de todas as árvores os exploradores vendiam a terra para outros especuladores, como comerciantes e\ou empresários, que com a certeza que as áreas já se encontravam desapropriadas. A situação das novas áreas eram extremamente fragilizadas, pois as políticas de Reforma Agrária andavam a passos lentos como até hoje, e esses novos assentados se viam em situações difíceis, sem estrada, sem apoio a produção, sofrendo na mão de atravessadores, sem condições de escoamento, sem escola, sem posto de saúde, tirando as pessoas adoecidas na rede, um situação muito difícil criada pelo próprio governo, e esses novos sujeitos assediavam essas famílias, investindo severamente para ocupar grandes áreas de terras. Abre-se possibilidade de um amplo mercado de terras, tal como ocorreu no Castanhal Consulta, Araras, Ubá e Veneza, e outros que se encontravam na situação difícil.

Essa invasão feita por outros sujeitos, com destaque no primeiro momento para os madeireiros trouxe muitos problemas para as lideranças sindicais, que viram suas lutas ameaçadas, por esses especuladores. Por outro lado, muitos posseiros acabaram envolvidos por este grupo, principalmente por madeireiros.

As madeiras eram vistas positivamente pela maioria dos posseiros das áreas das fazendas, principalmente quando se tratava de entrar em uma área nova. Geralmente eram as madeiras que abriam as estradas permitindo o acesso às áreas distantes. Os caminhões das madeiras davam carona aos posseiros com seus produtos e também carregavam pessoas doentes. Logo que os posseiros se instalavam em uma nova área, a “via de regra”, era a venda da madeira para “garantir” o sustento das famílias até a primeira colheita, como afirma Luciana Miranda Costa (1999, p. 175).

Diante dessa situação, as lideranças sindicais representadas nas áreas de ocupação pelos delegados sindicais passam a denunciar os especuladores, principalmente para o INCRA. Estas medidas faziam com que estes especuladores passassem a ameaçar e perseguir as lideranças sindicais. Conforme descreve abaixo a transcrição de uma das denúncias, feitas pelo Sindicato através do Ofício nº 010- 91 de 26. 02. 1991 ao Ministro da justiça Jarbas Passarinho:

Sr Ministro vimos através deste, para lhe pedir providências, diante das ameaças que estamos recebendo. Nós trabalhadores rurais do município de São João do Araguaia, estamos temendo que a qualquer momento, mais um líder sindical derrame o seu sangue aqui no Sul do Pará. Como é o caso do nosso presidente do Sindicato Sr. Almir Ferreira Barros e dos delegados sindical Francisco de Assis Soledade da Costa, da diretora sindical Renilde Santana da Silva, também diretor sindical Raimundo Conceição Martins Costa, Gabriel Soledade dos Santos. Os mesmos receberam ameaças de morte. Os ameaçadores são: Vicente Ferreira Marçal, Osvaldo Rosa, Valdir Barbosa e o senhor Laurindo. Isto tudo acontece em áreas desapropriadas pelo Ministro da Reforma Agrária, ou seja, pelo Órgão Oficial. Acontece que estes elementos se instalaram dentro destas áreas, e tentam expulsar os posseiros que lá já existem. Para transformar a terra em meio de especulação. E nós que representamos o trabalhador rural e defendemos a reforma agrária justa, e para os verdadeiros clientes da Reforma Agrária. Não aceitamos que pessoas que querem apenas fazer especulação, transforme a terra que custa o sangue do trabalhador para ser desapropriada em meio de comercialização. Nós sindicalista, que estamos vivendo os momentos mais drásticos de nossa vida aqui no meio rural do Sul e Sudeste do Pará. Não podemos continuar sendo vítimas daqueles que só querem continuar lapidando o patrimônio público e gerando violência. Com isto provocando o assassinato dos trabalhadores rurais e suas lideranças. Senhor ministro precisamos de uma justiça mais severa aqui no Sul do Pará. Já estamos abusados de ver o sangue dos nossos líderes sindicais derramado no chão. Neste país tão rico, mas onde os que mais trabalham são o mais pobres, os mais violentados, os mais desrespeitados, os mais explorados e menos protegidos. Esperamos que desta vez se dê um basta nesta violência e que se corrijam os absurdos cometidos por aqueles que acham que tendo dinheiro, são os donos de tudo. Queremos que v. Excia. Pressione as autoridades Estaduais, Regionais e Municipais, para agirem com mais rigor nas investigações. Já denunciamos para o coordenador do INCRA aqui em Marabá Dr. José Líbio de Moraes e o de Belém Dr. Carlos Lamarão, também para o secretário de segurança Pública de Estado Dr. Mario Mulato, já denunciamos para Juíza da 4º vara penal de Marabá Dr. Ezilda das Ghagas Pastana e para delegado de polícia do Município de São João do Araguaia William Sampaio. Que nada fez até agora, ao contrário esta prendendo posseiros a mando do fazendeiro Joscel que ocupa uma área de 200 há dentro de uma área desapropriada pelo INCRA. Que além de ser irregular por

ultrapassar 04 vezes o modulo rural. O mesmo tenta expulsar os posseiros para ampliar a sua propriedade. Peço-lhe que entre em contato com o Presidente Fernando Color de Mello, para que o mesmo resolva esses problemas da questão fundiária que está fazendo mais vítimas nesse Estado. Que sejam demarcadas as áreas, que já foram adquiridas, e que sejam desapropriadas as áreas que já estão ocupadas há anos a espera de regularização. Fazendo a seleção de quem é cliente da Reforma Agrária, para que não haja injustiça. Nos sindicalista nos dispomos a colaborar com esta seleção, para darmos um basta a esta violência no campo e tranquilizamos os que no campo vivem e trabalham. Sem mais para o momento e ainda sentido a dor pela morte do nosso amigo e companheiro de trabalho, Expedito Ribeiro é que pedimos o encaminhamento de nossas reivindicações o mais rápido possível.

O teor deste documento revela de forma bem precisa a insegurança em que viviam as lideranças sindicais e os posseiros dentro das áreas já desapropriadas, pois estes que já tinham enfrentado as ameaças dos latifundiários na ocupação das terras se viram ainda diante de um novo momento de enfrentamento por se colocarem contrários aos chamados especuladores.

Tudo isso só foi possível, por que o INCRA, ao desapropriar estas áreas, não deu andamento ao processo de legalização, que era de criar os projetos de assentamento, para assentar cada família em sua parcela de terra, demarcando cada lote. Esta demora deixou brecha para que especuladores se apossassem de grandes áreas de terra dentro das áreas desapropriadas. Em outro ofício de nº 14 – 91 de 22 de Abril de 1991, encaminhado pelo sindicato endereçado para o Ministro da reforma Agrária Sr. Antonio Cabrera Filho, cobra do INCRA solução imediata para assentar as famílias de posseiros que se encontram dentro das áreas desapropriadas.

No referido documento a entidade cobrou ainda solução para as áreas que não foram desapropriadas, mas que estavam ocupadas por posseiros há mais de cinco anos.

Venho através deste ofício para cobrar resposta dos documentos que já foram encaminhados anteriormente a este ministério, relativo à questão fundiária. Documento que trata do pedido de solução imediata para assentamento de posseiros nas áreas já desapropriado neste Município. As áreas que falamos são Cuxiu I e II, Castanhal Consulta, Santo Antonio, Boa esperança, Veneza, São Benedito I e II e os 25% do Castanhal Araras. Também queremos que sejam solucionados os problemas das áreas que já estão ocupadas a mais de cinco anos, sem nem uma solução ate momento. As Áreas que se trata são Castanhal Amescão ocupada por 125 famílias, Fazenda São Raimundo conhecida como Brasil Espanha com 52 famílias, Belo Horizonte com 180 famílias. Aqui sugiro uma proposta para o Castanhal Ubá, que uma área ocupada a (7) anos e teve parte desmatada pela COSIPAR, hoje tem muitos fazendeiros e comerciantes de Marabá, sugerimos que não seja desapropriado o castanhal ubá. Até por que hoje, esta área pertence hoje uma empresa rural, que se desaproprie aqui ao lado do Castanhal Araras um pedaço da Fazenda CIB, que é um imóvel muito grande, e tem condição de ser desapropriada para assentar (70) setenta famílias e deixa os fazendeiros lá dentro brigando com dono. Por que o nosso sindicato não defende terra para fazendeiros muita desses fazendeiros que estão construindo benfeitorias na Ubá, eles têm outras

fazendas e estão se metendo lá dentro pensando que quando desapropriar para os posseiros eles vão ficar com uma parte, por que já tem benefícios lá dentro. É por este motivo que somos contra a desapropriação da Ubá. (STTR, 1991).

Na carta, observa-se, que não era só nas áreas desapropriadas que os especuladores grilavam a terra. A denúncia deixa bem clara a preocupação do Sindicato em defender que, somente os posseiros tivessem o direito de ter acesso à terra. O caso da fazenda Ubá, ícone de violência, o movimento posseiro e sindical enfrenta a entrada de empresário para especulação e grilagem da terra. O documento retrata um dos principais problemas enfrentados pelas lideranças sindicais, isso depois de muitos avanços nos debates acerca da desapropriação das áreas e da regularização das mesmas. Os sindicatos junto com os posseiros já tinham passado por todos os processos de lutas para garantir posse da terra, incluindo aí todos os tipos de perseguição, principalmente com a vinda dos latifundiários. Agora as lideranças sindicais e posseiros, se viram diante de um novo desafio: enfrentar os especuladores, em virtude de várias áreas estarem desapropriadas e outras ocupadas sobre o controle dos posseiros, em ambas as situações essas áreas são consideradas como “posse mansa”. Tal situação atraiu especuladores que nesta ocasião se apossaram de grandes áreas de terras. O caso da fazenda Ubá, foi bárbaro, instalou-se a pistolagem, jagunços entraram na área e cometeram um dos mais violentos crimes contra seres humanos: a chacina de oito trabalhadores rurais no ano de 1985, e somente depois de tanto sangue derramado, a área foi negociada pelo pretense dono, com a empresa Companhia Siderúrgica do Pará - COSIPAR, que se instalou na área, desmatando para beneficiamento de carvão vegetal. Outro crime; dessa vez ambiental: destruíram uma magnífica floresta densa de castanheiras e ainda com o trabalho infantil.

Para além dessa empresa é possível observar através dos relatos que comerciantes e fazendeiros de Marabá, também se apossaram de boa parte da fazenda. Esta situação levou o Sindicato dos trabalhadores rurais a não solicitar a desapropriação da fazenda Ubá, tendo em vista que a área tinha saído do controle dos posseiros. Isto também se deu em virtude da fazenda estar localizada na beira da Rodovia Transamazônica, a 35 km do município de Marabá. O acesso fácil atraiu muitos especuladores que se instalaram dentro da área, fazendo benfeitorias com o objetivo de garantir a posse da terra, caso essa viesse a ser desapropriada. Uma das práticas mais utilizadas por esses especuladores naquele período era de fazer grandes derrubas na mata para produção de carvão, e após a retirada de toda a madeira era jogado capim para fazer pastagem.

Muitos desses especuladores ao se beneficiarem da terra retirando todos os tipos de madeira para vender às serrarias, além de venderem as árvores de menor porte para a produção de carvão. Quando a área estava limpa costumavam negociar com outros especuladores principalmente aqueles interessados na criação gado.

É nítido notar que esta prática de ocupação adotada pelos chamados especuladores, era constantemente denunciada pelo Sindicato para as autoridades policiais, no entanto a experiência revelava que estas sempre estavam do lado dos grileiros. Por isso, minhas memórias trazem a lembrança de que catávamos: sindicalistas e posseiros, nas décadas de 1980, 1990, nas nossas reuniões e assembléias o canto católico:

Agora nós vamos pra luta,  
A terra que é nossa ocupar,  
A terra é pra quem trabalha, a história não falha  
Nós vamos ganhar. ...  
A Luta vai ser tão difícil  
Na Lei ou na marra nós vamos ganhar... (Autor desconhecido.)

Era comum que quando havia uma reação por parte dos posseiros contra estes sujeitos, a polícia vinha até a área e efetuava prisão dos posseiros. Em muitos casos a polícia agia com truculência espancando-os. Um destes fatos ocorreu no Castanhil Araras, uma área desapropriada pelo INCRA para assentar famílias que foram remanejadas da TI Mãe Maria no ano de 1987. Esta área não foi legalizada totalmente, ficando uma boa parte sem o seu devido processo legal, e dentro desta área havia um grupo de posseiros que já a ocupavam desde o ano de 1984, e que já haviam passado por muitas perseguições no período da ocupação em 1986. Ronaldo Barata (1995) relata, no Inventário da Violência Crime e Impunidade no Campo Paraense:

Em diligencia efetuada por policiais civis e militares, sem qualquer ordem judicial, trabalhadores rurais que estavam nas terras do Castanhil Araras, depois de presos e torturados, foram expulsos da área e tiveram suas casas queimadas. A ação policial foi acompanhada pelo Sr. Oscar Miranda, irmão do proprietário do Castanhil e foi por sua ordem que a polícia, após a tortura dos posseiros, prendeu três deles, levando-os para Marabá, onde lá permaneceram presos por três dias. (BARATA, 1995; p. 144)

Com a não legalização desta parte muitos especuladores se aproveitaram dessa situação e invadiram grandes áreas de terras, como no caso do especulador Joscel, que grilou uma área com mais de 200 alqueires. Foram muitas as denúncias feitas pelo Sindicato perante as autoridades no sentido de retirar este grileiro de dentro da área, porém ele sempre encontrava apoio junto as autoridades, principalmente do Delegado de polícia de São João do Araguaia, Sr. William Sampaio.

Se não bastasse esta problemática que os sindicalistas enfrentavam, outra situação surgia dentro das áreas desapropriadas e ocupadas. Os dados da colonização falavam em 100 ha, que era o tamanho dos lotes ao longo da Rodovia Transamazônica, e na política de regularização das áreas desapropriadas para fins de Reforma Agrária, nos assentamentos os lotes eram de 50 há, gerando confusão, e a morosidade dos órgãos públicos no caso o INCRA, acabava deixando por conta dos posseiros, gerando disputa entre eles, que queria fazer à demarcação dos lotes, e cada um queria um limite de 100 há, e muitos acabam entrando na área do outro.

Esse problema deu muita “dor de cabeça” para as lideranças, que para além de ter que enfrentar os especuladores, também tinha mais esse problema interno para solucionar. Foram inúmeros casos que aconteceram requerendo dos dirigentes sindicais muitas habilidades e paciência para resolver tal situação.

Em muitos casos não se chegavam um acordo entres as partes, o que fazia com que fosse parar na esfera judicial, onde se arrastavam por muito tempo para se solucionar, conforme descrito em um dos relatórios de atividades do Sindicato sobre essa questão:

Ubá: Simpício e Lurdes com Sales, tivemos na área por duas vezes não houve acordo, o processo rola na justiça, Lindalva e Guarda Filho, tivemos no local duas vezes ficando resolvido, Maria da Luz Almeida e Wilsom, tivemos no local uma vez não houve acordo. Araras: Arlindo Caetano de Araujo e Ediberto de Lima Pereira problema resolvido, São Bento: Sinésio e Oracy tiveram na área não foi resolvido faltando o comparecimento do Sr. Oracy, chamamos no INCRA Sr. Oracy não compareceu. Relatório do Sindicato ano 1992.

No entanto, vale ressaltar que com a desapropriação das áreas descrita no capítulo anterior, criou-se uma grande expectativa na região, principalmente no município de São João do Araguaia, onde estava localizada boa parte dessas áreas. Mas o que se viu foi um descaso pelo governo em dá andamento neste processo, pois muitas dessas áreas não tiveram os seus processos devidamente regularizados.

Contudo, é importante enfatizar que após a desapropriação, o passo seguinte seria a criação do Projeto de Assentamento, onde visava legalizar todas as famílias em seus lotes, além de beneficiar estas com políticas públicas tais como: saúde, educação, moradia, crédito agrícola, transporte, para se manterem em seus lotes. Entretanto o que se viu foi um total abandono por parte dos governantes que deixaram os posseiros a mercês de todas as sortes dentro dessas áreas.

### **3.2 Perda de territórios e o foco na permanência na terra**

O crescimento populacional de vilas e distritos, provocado pelas intensivas migrações para a Amazônia criam cenários complexos e despertam sentimento de emancipação nessas localidades. Na região dos Santos não foi diferente. O município de São João do Araguaia era bem grande e possuía vilas muito antigas, como o antigo São Domingos das Latas citado por Velho (1972). Essas iniciativas de criação de novos municípios levam a perda de parte considerável de seu território. Assim foi com a criação do município de Brejo Grande do Araguaia, em 1988 e mais recentemente com a criação do município de São Domingos do Araguaia, em 1991, o antigo São Domingos das Latas. Para o Sindicato de São João do Araguaia foi grande o impacto, grande parte dos quadros do sindicalismo pertencia a essa localidade. Para lembrar alguns: Maria Cledeuza de Oliveira Bizerra, Maria Olindina Paiva, a popular e simpática Morena; a popular Toinha, Creuzimar, Francisco de Assis Soledade, entre tantos outros, estes agora foram se empenhar em criar o Sindicato do seu novo município.

Com a criação de São Domingos muitas áreas que foram desapropriadas, ou que estavam ocupadas por posseiros, acabaram ficando na parte desmembrada, ou seja; agora pertenciam ao recém-criado município. Sendo elas: Cuxiú I e II; Belo Horizonte; Croá; Brasil Espanha; Almescão; São Benedito I e II.

Estas áreas ficaram totalmente para São Domingos do Araguaia, ficando somente parte do Castanhal Veneza e Castanhal Ubá para São João Araguaia. Neste período o Castanhal Araras já tinha se consolidado como assentamento onde 75% de sua área já tinham sido regularizados, e foram assentadas 92 famílias.

Mas por questão de documento 25% de sua área ficou sem regularização, o que prejudicou mais de 48 famílias que já ocupavam a referida área desde o ano de 1984. Esta situação fez com que diminuísse um pouco a tensão enfrentada pelo sindicato dentro das áreas desapropriadas e ocupada por posseiros. Com isso o considerado território camponês do município de São João do Araguaia passa a contar com apenas um projeto de assentamento que é o Castanhal Araras, parte da área da Ubá, Veneza, e 25% do Castanhal Araras, todas plenas de posseiros.

Sendo que a Ubá e os 25% do Araras continuavam sendo áreas ocupadas e não contavam com nenhum processo instaurado pelo INCRA, enquanto que a área do Castanhal Veneza já tinha sido desapropriada em 1988 e estava a espera de ser transformado em projeto de assentamento.

Isso de certa forma deu uma pequena tranquilidade para as lideranças sindicais, que juntos com os posseiros intensificaram a cobrança junto ao INCRA, cobrando do

Órgão que desse celeridade as providências como a desapropriação destas áreas para assentar as famílias que se encontravam ocupando a terra. Com isso no início dos anos 1990, o Sindicato intensificou a luta por duas linhas de atuação: conseguir a desapropriação das áreas ocupadas e a criação dos projetos de assentamentos das áreas que já tinham sido desapropriadas. Essas prioridades adotadas pelo Sindicato, de certa forma contribuíram para que houvesse uma paralisação no processo de ocupação de novas áreas, que ainda não tinham sido objeto de ocupação pelos posseiros. A essa altura o município ainda contava com grandes áreas de terras, tais como: Castanhal Ponta de Pedra, Pastoriza e Fazenda Prata. As referidas áreas estavam sobre controle das famílias Chamié, Ferreira e Mariano.

Para além da paralisação no processo de ocupação de terras houve ainda mudança na direção do Sindicato, que até então havia sido conduzido pelo SR. Almir Ferreira Barros, no período de 1985 a 1991, e em 1992 passa a ser conduzido pelo Sr. Antonio Chaves Cavalcante, conhecido como Barbudinho, que era delegado sindical do Projeto de Assentamento Castanhal Araras.

Durante a gestão do novo presidente, o Sindicato deu prioridade ao processo de organização e comercialização da produção agrícola dos assentamentos Araras e de outras áreas de ocupação, focando na estratégia de permanência da terra frente a tantos assédios como já vínhamos falando anteriormente.

Uma das medidas adotadas para o avanço desse processo foi o fortalecimento da Cooperativa do Araguaia Tocantins - COOCAT, que passou a comprar boa parte da produção desses trabalhadores, sendo o arroz, o principal produto comercializado pela cooperativa. Posteriormente também a comercialização do cupuaçu e castanha do Brasil. Neste período, mas de 140 agricultores das localidades Apinajés, Araras, Consulta, Santo Antônio e São Bento eram sócios desta cooperativa. Essa cooperativa fora organizada dentro do Programa Centro-Agro ambiental do Tocantins – CAT, criado em 1986, e coordenado pelo saudoso religioso e pesquisador Jean Hébette, em parceria com a Fundação Agroambiental do Tocantins-Araguaia – FATA, outra instância do programa, constituída por agricultores/ as lideranças de quatro sindicatos da região: São João do Araguaia, Itupiranga, Jacundá e Nova Ipixuna. Na expressão do Padre o CAT era um “espaço de liberdade para reunir-se, expressar-se, estudar, experimentar, programar e festejar.” (HEBETTE, NAVEGANTES, 2000; XVII).

Outra forma de fortalecer a produção agrícola dos trabalhadores rurais foi através da Caixa Agrícola, uma entidade que foi criada pelos trabalhadores rurais do Projeto de

Assentamento Castanhal Araras. Esta tinha como principal objetivo beneficiar a produção agrícola do assentamento, tais como feijão, arroz, milho e beneficiar principalmente frutos nativos encontrados em ambulância dentro do assentamento, com destaque para a Castanha do Pará e Cupuaçu.

No início estas frutas eram comercializadas *in natura*, e com passar do tempo e com o amadurecimento das discussões na comunidade, começaram a agregar valor aos produtos que foram transformados em diversos subprodutos, principalmente o Cupuaçu. Desse fruto se produzia polpas, doces, licores. Da amêndoa (caroço) era extraído o óleo. Já a Castanha do Pará era cristalizada. Essa iniciativa era desenvolvida pelo Grupo de Mulheres da Comunidade Araras em parceria com a Caixa Agrícola.

Durante esse mandato houve somente uma ocupação de terra, a do Castanhal São Bento, uma área que fica localizada na beira do Rio Araguaia. Houve ainda a tentativa de ocupação da fazenda Ponta de Pedra, porém não foi possível manter esta em decorrência da não organização dos posseiros, e pelo fato de o Sindicato não ter apoiado esta luta.

O que se viu nesse caso é que sem o apoio do Sindicato os posseiros foram facilmente expulsos da área pelos os pistoleiros. A direção da entidade deu prioridade para legalização das áreas que já encontravam ocupadas por posseiros há vários anos, e para processo de organização e comercialização da produção agrícola dos posseiros que já estavam produzindo em seus lotes.

Em 1994 a organização sindical de São João do Araguaia passa a ser conduzida pela primeira mulher eleita para presidir pelo período de três anos. A senhora Renilde Cesar Santana que já era liderança sindical, contribuiu na luta para a retomada do Sindicato em 1985, desde essa época passou a fazer parte da direção da entidade onde ocupou várias funções até chegar à presidência. Um reconhecimento é importante fazer, além da luta pela terra esse sindicato encarou os desafios do debate sobre gênero e participação das mulheres, reconhecendo a efetiva resistência e contribuição da mulher na região, no enfrentamento ao latifúndio e as oligarquias, na luta do Cuxiú, Almescão, e outras áreas, as mulheres estiveram à frente (BEZERRA, ALVES, 2017), fazendo campanha e o debate de que a mulher era pra ser sócia do sindicato e não apenas uma dependente do marido.

Durante o tempo em que estive à frente do Sindicato a presidente deu prosseguimento ao processo de legalização das áreas ocupadas pelos posseiros. Outra ação desenvolvida pela organização sindical foi de lutar para que os trabalhadores rurais tivessem acesso às políticas públicas dentro dessas áreas, tais como: saúde, educação,

crédito, transporte para escoamento da produção agrícola dos posseiros que viviam nas áreas ocupadas, além dos que já estavam totalmente legalizados como era caso do Projeto de Assentamento Araras, tendo em vista que estes trabalhadores eram desprovidos de qualquer apoio institucional dentro de suas áreas, e a falta dessas políticas levaram muitos trabalhadores abandonarem seus lotes.

#### **IV – A REORGANIZAÇÃO DA ALUTA PELA TERRA E A EXPERIÊNCIA DO COMPLEXO PONTA DE PEDRA**

Toda a região sul e sudeste do Pará a partir dos anos de 1970 vive uma pulverização de acontecimentos radicais que implicam em transformações substanciais em todos os sentidos. O pacote militar para a Amazônia, com nome de “desenvolvimento” constrói infraestruturas para alicerçar a ação do capital que promove e desestrutura outras formas de vida por aqui. Toda a efervescência de eventos das implantações de grandes Projetos rendeu várias e profundas reflexões por intelectuais e pesquisadores. Dentre eles, nos chama a atenção Hall (1980) questionando “desenvolvimento, para quem” As estradas, ferrovias, portos, barragens, e outros, estão voltados para atender outros interesses, como o Programa Grande Carajás – PGC, que tem interesse exclusivo no extrativismo mineral. Tudo isso, traz para a Amazônia, um pacote de malefícios, pois as empresas querem apenas sugar lucros, a grande fazenda, o agronegócio são exemplos. Soma-se a esses eventos a explosão da Serra Pelada nos anos de 1980, o que vai atrair muita gente, interessada em *bamburrar*.

Os anos de 1990 são bem particular apresentam fortes cenários para os povos do campo, muitas coisas acontecendo: a organização de outra forma de luta pela terra dirigida pelo MST, a massificação e o diálogo com a sociedade a partir das marchas na rua, a criação da FETAGRI Sudeste, e o triste massacre de Eldorado dos Carajás, com a denúncia do Brasil como um país que não respeita os Direitos Humanos junto aos órgãos Internacionais, a resposta dos Movimentos Sociais do Campo com a massificação de ocupações de terras e de instituições públicas, INCRA, bancos, INSS, alguns Ministérios, até os trilhos do trem da Vale, etc. Tudo isso converge para o fortalecimento da pressão camponesa pela Reforma Agrária, acelerando significativamente a criação de muitos assentamentos, e políticas de apoio a produção e comercialização como foi a ATES/ATER final da mesma década.

A perda de território com a criação de novos municípios restou a São João do Araguaia apenas três grandes castanhais: Ponta de Pedra, Pastoriza, e Fazenda Prata, além

de outras áreas de médio porte. Neste momento o sindicato já tinha priorizado outra estratégia que foi de atuar na permanência na terra, incentivando a produção e comercialização, havendo um certo recuo quanto a ocupação de novas áreas. No entanto o contexto exige uma retomada do processo de ocupação de terra pelos posseiros, uma vez que tem muito posseiro nos municípios, atrás de terra para viver e trabalhar.

No período de 1992 a 1996 identificam-se somente dois registros de ocupação de terras por posseiros. Uma em 1992 onde um grupo de posseiros tentou ocupar a Fazenda Ponta de Pedra, e outra em 1995 quando 82 posseiros ocuparam a Fazenda Pastoriza no mês de abril daquele ano. Nesses dois casos, a diretoria sindical não se posicionou em defesa dos posseiros, porém havia um clima de tensão instaurado no município envolvendo conflitos de terra. Esse recuo do sindicato refletiu na expulsão dos posseiros por pistoleiros com apoio da Polícia Civil. E mais: três posseiros foram assassinados, e outros quatro presos. Nestes dois episódios de luta posseira, houve recuo do sindicato, e os posseiros não tiveram êxito.

Os proprietários da fazenda solicitaram a interferência da Polícia Civil, que permaneceu na área juntamente com os empregados da fazenda e quando no dia 5 de Agosto efetuaram a prisão de quatro trabalhadores. No dia seguinte a esse fato, outro trabalhador foi preso e obrigado a levar os policiais e os empregados da fazenda até o lugar onde companheiros se encontravam acampados. (Inquérito Policial nº 011-1995)

Aproveitamos para reafirmar a importância de uma luta orgânica e como o sindicato é importante. O trecho do Inquérito acima mostra claramente a presença do Estado na defesa da fazenda, portanto do lado do fazendeiro, sempre que acionado. Um grande número de posseiros não tem o mesmo efeito que um fazendeiro da região. Nota-se uma verdadeira aliança entre Estado e Latifúndio. Em outro relato o posseiro deixa bem claro a estratégia utilizada:

Alesbão Andrade cruz em seu depoimento relatou que quando levava “doutor” e os empregados da fazenda até o acampamento, no caminho “doutor” deu ordens para seus companheiros de atirar para matar se porventura os posseiros corressem. O fato é confirmado por dois empregados da fazenda que acompanhavam “doutor”. Expedito Alves dos Santos declara que “doutor” afirmou que quando chegassem ao acampamento ia se apresentar como polícia e se alguém corresse era para atirar e cumpriu a promessa atirando nos posseiros seguidos dos outros. Reginaldo Gomes Cardoso confirma a versão de seu companheiro. (relatório do inquérito policial nº 011-95- DPI; 123).

No final do ano de 1996, exatamente dia 24 de dezembro, cerca de 1.200 famílias do movimento dos trabalhadores rurais - MST chegaram ao município de São João do Araguaia e montaram acampamento no Projeto de Assentamento Castanhal Araras, ao lado da Fazenda Pastoriza com o objetivo claro de ocupar as duas maiores fazendas do

município: Ponta de Pedra e Pastoriza. Esse ato político, foi mais uma das respostas do Movimento Social camponês, pelos crimes de Eldorado dos Carajás. Falamos do episódio da chacina dos 19 trabalhadores rurais Sem Terra, na curva do S em Eldorado dos Carajás-Pará, no dia 17 de abril de 1996. Os trabalhadores foram assassinados pela Polícia Militar a mando do então Governador do Estado senhor Almir Gabriel em conjunto com os fazendeiros da região.

Pressionado por esse episódio o presidente da república criou doze dias depois, isto é, em 29 de abril daquele ano, o Ministério Extraordinário de Política Fundiária e, em seguida, a Superintendência do INCRA, com sede em Marabá, para atuar numa área de 330.636 km<sup>2</sup> (38 municípios), abrangendo as Unidades Avançadas de Conceição do Araguaia, Marabá, Tucuruí, São Geraldo do Araguaia e São Felix do Xingu. (Pereira, 2015, p 300).

Este caso teve grande repercussão nacional e internacional, e fez reascender o processo de ocupação de grandes fazendas na região. Era também o momento do sindicato, estar preparado para contribuir neste processo. A criação na região Sul e Sudeste do Pará da regional da FETAGRI, em fevereiro de 1996, deu importante contribuição ao processo de organização e fortalecimento dos sindicatos na luta pela posse da terra. O principal objetivo dessa regional era articular o conjunto dos sindicatos da região, para que juntos a outros movimentos sociais e entidades pudessem fazer o enfrentamento ao governo, aliado dos fazendeiros da região, que só reprimia os trabalhadores rurais.

Vale lembrar que a ocupação da fazenda Pastoriza protagonizada pelo MST contou com o apoio de sindicalistas de São João do Araguaia e foi o stopin para a direção do sindicato tomar posição pela retomada das ocupações de terra. A tensão era grande e inclusive levou fazendeiros a procurar o Sindicato e o INCRA para negociar desapropriações. Esse o foi o caso do Paulo Mariano, pretense dono da fazenda Ponta Pedra que solicitou ao STTR que ocupasse sua área. Observamos que os fazendeiros se aproveitaram das lutas posseiras para conseguir desapropriar fazendas que consideravam suas e ganhar dinheiro público com a venda das fazendas para fins da Reforma Agrária.

O certo é que no dia 04 de junho de 1997, o Sindicato dava início a uma série de outras ocupações de fazenda no município, sendo elas: Fazenda Landi em Fevereiro de 1998; Fazenda Prata em dezembro de 1998; Fazenda Paulista 1998; Fazenda São Paulo em abril de 1998; Fazenda Bacurizinho em junho de 1999 e Fazenda Ponta de Pedra do Araguaia em setembro de 2004.

Nesse período o STTR passava por uma gestão de difícil diálogo, inclusive com os parceiros históricos que constituíam os Movimentos Sociais, o que levou ao isolamento

das ações do sindicato por conta da postura da gestão que discordava das orientações da FETAGRI Regional, na ocasião lutando junto com todos os Movimentos pela desapropriação das áreas ocupadas. Existiam áreas como Ubá e Veneza ocupada há mais de 20 anos. Tal postura avaliada como um retrocesso a um sindicato considerado combativo, com um dos presidentes mais respeitados de sua história Sr. Almir.

Airton Reis Pereira registrou uma das maiores mobilizações dos trabalhadores rurais organizados em frente à sede do Órgão naquele período.

“O primeiro grande acampamento, em 1997 visava entre outras coisas: denunciar a violência e a impunidade no campo; exigir a definição da Programação Operacional (PO) do INCRA com metas de desapropriações de imóveis ocupados e destinação de recursos para construções de estradas vicinais, instalação de energia elétrica e créditos produtivos para os PAs e a substituição do Superintendente Regional do INCRA Petrus Emile Abi-Abib, um oficial da reserva do Exército vindo do estado do Paraná, acusado por ligações amistosas com proprietários e políticos contrários à luta dos trabalhadores (PEREIRA 2015, p. 302)”.

Apesar do momento difícil do STTR, os posseiros continuaram avançando na luta, como registrou o autor, e elegeram nova direção com perfil mais combativo e foi aí que eu mesmo passo a compor a nova diretoria do sindicato, no final da década de 1990, contando com o apoio das entidades e demais sindicalistas do município.

A nova diretoria estabeleceu uma política que tinha como prioridade a participação de todos os associados com o objetivo claro de fazer todos os debates sobre o processo de lutas da Reforma Agrária no município. Restabeleceu parcerias com as entidades de apoio dos movimentos sociais CPT, FATA, FASE CESPAP, FETAGRI, CUT, CONTAG, e tal parceria renderam muitas conquistas para os conjuntos de trabalhadores. Todas as organizações têm seus altos e baixos, nosso sindicato também, mas se tornou referência na luta posseira e conseguiu conquistar muitos territórios camponeses.

Segundo dado do INCRA o município de São João do Araguaia conta com 11 Projetos de Assentamentos, sendo que dez foram organizados pelo Sindicato, conforme tabela abaixo. Vale observar que parte dos P.As Ubá e Veneza, está localizada no município de São João do Araguaia, desse modo, ao todo são mais de 900 famílias assentadas. Além desses assentamentos citados existe ainda um conjunto de outras áreas ocupadas por trabalhadores rurais a espera de regularização. São elas as fazendas São Paulo, Paulista, Ponta de Pedra do Araguaia e Landi as quais estão ocupadas há mais de 10 anos.

**Tabela 01: Assentamentos conquistados pelo STTR São João do Araguaia**

Assentamento	Nº Famílias	Área	Data/Código/MB	Documento
21 de Abril	48	1.699,9892	09.08.2000 MB0298000	Portaria 0044
Castanhal Araras	92	5.084,8463	15-01-1987 MB0002000	Decreto 3938
Moreschi	127	3.820.3000	27-05-1998 MB0135000	Portaria 0027
Pimenteira	137	3.468,2471	MB0163000	Portaria 0064
Primavera do Araguaia	171	3.600.000 ha	MB0157000	Portaria 0065
Prata	170	3.064.2758	MB0509000	Portaria 0046
Bacurizinho	47	1.330,4868 ha	MB0472000	Portaria 0082
04 de Junho	47	1.350.0000 ha	MB0353000	Portaria 0019

Fonte: STTR, INCRA.

A tabela mostra os territórios camponeses conquistados na *Lei ou na Marra* e com isso a capacidade política de mobilização e orgânica do Sindicato de São João do Araguaia. Essas conquistas foram frutos de muitas lutas, resistência e organização por parte do sindicato em conjunto com os trabalhadores, que ao logo desses anos travaram uma luta constante na defesa de seus direitos. Durante esse período de batalha foram muitos os obstáculos, pois as lutas pela posse da terra exigiram disciplina, organização e coragem por parte dos trabalhadores, que durante esse tempo tiveram que fazer o enfrentamento direto com os latifundiários e o Estado.

Nessa empreitada os trabalhadores foram perseguidos, muitos foram mortos, presos, torturados e humilhados, mas apesar de todas as dificuldades e sofrimentos, eles nunca desistiram de lutar por uma parcela de terras, o objetivo maior e comum entre todos. O direito ao acesso a terra foi se firmando, se tornando uma realidade mais próxima a partir de 1985, pois homens e mulheres lutaram juntos e não desistiram de seus sonhos, lutando contra o poder de concentração de terra dos fazendeiros e questionando o Estado brasileiro, que adotando uma política clara de exclusão daqueles que realmente vivem e trabalham na terra, nega o direito de acesso à terra aos trabalhadores.

#### **4.1 Ponta de Pedra: do carvão vegetal e vida sub humana à território camponês**

É triste dizer, mas o que se chamava Fazenda Ponta de Pedra era na verdade um lugar de exploração do trabalho infantil, do trabalho das mulheres e lugar de vida sub humana, por conta de sua finalidade que era a produção de carvão vegetal, lugar de

desmatamento criminoso. Assim foi com muitas dezenas de famílias trazidas para este lugar sob a promessa de mudar de vida e ganhar dinheiro.

A luta pela posse da terra na região Sul e Sudeste do Pará, ao longo dos anos tem exigido dos trabalhadores rurais, inclusive libertar trabalhadores/ as, e áreas das mãos de empresas que desenvolvia formas desumanas de trabalho, como foi o caso de Ponta de Pedra. Foi preciso muita resistência, coragem e organização para enfrentamento ao latifundiário e ao Estado, que nesta luta, nega a todo custo a esses trabalhadores, o direito de ter acesso à terra e a dignidade humana. Para tanto, o Estado utiliza de um conjunto de leis que protegem somente um grupo de privilegiados, detentores de capital; latifundiários e empresários, que tem apoio do Estado e exclui os menos favorecidos do acesso a direitos garantidos por leis.

Sabemos que as terras na região foram apropriadas de forma ilegal. No caso do município, a família Mutran se valendo do seu poder político e econômico se apossou de muitas áreas de castanhais da região, sobretudo nos domínios do município. Um dos principais fatores que contribuiu para que esta família adquirisse tantas terras, foi o fato dessa oligarquia governar o município, desde a emancipação, que se deu no ano de 1962, época que o senhor Osvaldo Mutran foi eleito prefeito do município. No relatório da Comissão Pastoral da Terra (CPT), de 2012 intitulado “A Origem do Complexo Landi” que traz relatos referentes ao processo de ocupação da serventia pública do Landi, Alto Bonito e Jenipapo, nota-se claramente o processo de apropriação ilegal de tal família sobre as terras do município:

Em dezembro de 1961 foi (re) criado o município de São João do Araguaia, quando, à época, Nagib Mutran era prefeito de Marabá. Nagib Mutran, dando como certa a (re) criação do Município de São João do Araguaia, passa, a partir da segunda metade de 1961, ainda na condição de prefeito de Marabá, a incentivar a ocupação violenta das serventias públicas do Jenipapo e Alto Bonito, outras áreas de livre extração de castanha situadas na margem esquerda do Rio Tocantins (locais onde atualmente se encontram os Projetos de Assentamento 1º de Março e Primavera do Araguaia) e que estavam localizadas no território que passaria a pertencer a São João do Araguaia. A família Vergolino, detentora de outros aforamentos na região (Castanhal Ubá), aliada política de Nagib Mutran, passou, com o apoio, confesso da Prefeitura de Marabá, a expulsar os pequenos coletores, se apropriando, ilegalmente, das terras públicas estaduais na serventia pública do jenipapo. O mesmo aconteceu com serventia pública do Alto Bonito e adjacências, apropriada, em sua totalidade, por membros da família Mutran, sendo tal obtenção ilegal “regularizada” (!), posteriormente, como aforamentos em nome da esposa de Nagib, Alzira Moussalem Mutran e do filho mais novo do casal, Aziz Mutran Neto. (CPT, 2012)

O fragmento revela como as oligarquias que dominam economicamente, se autofavorecem por terem o controle político, como favorecem a sua própria família,

garantindo o controle absoluto das terras, e colocando as leis, a burocracia, toda a favor dos interesses do grupo. Dessa maneira percebemos como as terras foram sendo apropriadas pelas elites detentoras do poder. E se assim não fosse a outra forma de agir era utilizando a violência, estratégia que fez muitos e muitas trabalhadores e trabalhadoras sofrerem nas mãos dessa gente. O mesmo documento diz ainda:

No início de 1962, (re) criado o Município de São João do Araguaia, Nagib Mutran lança a candidatura de seu filho, Osvaldo dos Reis Mutran, tristemente célebre (Vavá Mutran), á disputa da prefeitura de São João do Araguaia. Realizada em 07.10.1962 a primeira eleição em São João do Araguaia depois de sua (re) criação como município, Vavá Mutran foi eleito prefeito. Neste exato momento inicia-se a primeira fase da derrocada da serventia pública do Landi. Efetivamente, em 1964, na primeira metade do mandato de Vavá Mutran, foi instalada em Marabá uma agência do Banco do Brasil, destinada, principalmente, ao financiamento agrícola. Em 18.09.1964, o governo do estado do Pará, por meio do decreto nº 4.457, autorizou os Municípios do sudeste do estado a expedirem títulos provisórios de ocupação sobre terras estaduais (devolutas ou de serventia pública), para o fim específico de permitir que os beneficiários da titulação precária obtivessem empréstimos junto ao Banco do Brasil em Marabá. Aproveitando esta situação, o então prefeito de São João do Araguaia, Vavá Mutran, passou a conferir a correligionários políticos, grandes latifundiários em regra, títulos provisórios de ocupação sobre a servidão pública do Landi. Isto possibilitou, em primeiro momento, a obtenção por seu apaniguados, a privatização da área da servidão pública e sua concentração em um punhado de grandes fazendeiros. (CPT, 2012)

Como se observa, a família Mutran era detentora de grandes áreas de castanhais no município de São João do Araguaia, sendo uma dessa áreas, o complexo Ponta de Pedra que fazia parte da serventia pública Alto Bonito, a qual foi ilegalmente ocupada por essa família, e mais tarde regularizada através de aforamento em nome da senhora Alzira Moussalem Mutran. Essa área de castanhal ficou sob o controle de tal família até o ano de 1984, quando foi vendido para o latifundiário mineiro Paulo Mariano Calaz. Este por sua vez, era um produtor de carvão vegetal oriundo do estado de Minas Gerais, que já havia explorado matas nativas de Minas Gerais, Espírito Santo e Sul da Bahia. Em seguida veio para região de Carajás trazendo consigo mais de 200 famílias com a promessa de serem agricultores, ocorre que tal promessa não se cumpriu. Ao chegar a terra, tais famílias foram trabalhar na produção de carvão, o que fez com que suas vidas ficassem em situação ainda mais difícil em relação à vida que levavam em seus estados de origem.

O documentário intitulado “Ninguém Come Carvão” produzido em 1989 traz relatos de trabalhadores referentes às dificuldades enfrentadas. No relato abaixo, uma trabalhadora da área descreve a situação que vivenciou até chegar à referida terra.

Ele trouxe-nos pra cá com a promessa de ganhar dinheiro, quando nós chegamos para cá nós viemos no sufoco do caminhão. Todo mundo, no sufoco do caminhão comendo até comida crua de lá pra cá agente comeu. A gente veio

com promessa de ganhar dinheiro e aí e aí, anda melhor. Chegar aqui a gente está pior quase do mesmo jeito quase pior ainda. (Ninguém Come Carvão, 1989).

Tal qual a experiência narrada nesse fragmento, e muitas outras situações como essa foram comuns na Amazônia. Martins (1979), Rezende (1999) Le Brethon (2002) falam sobre isso. O relato mostra que tais famílias foram enganadas por Paulo Mariano que os trouxe prometendo-lhes melhoras de vida, mas o que se viu, foi outra coisa, obrigadas a trabalhar na carvoaria, um trabalho hostil, estressante, que exige muita força física, e expõe a perigos e ameaças a saúde. Durante o período que estiveram trabalhando na carvoaria, eram forçados a trabalhar e constantemente, eram ameaçados de morte pelo dono da fazenda e por seus capatazes, o trabalho com carvoaria era realizado por todos que faziam parte das famílias homens mulheres e crianças, como demonstra o Documentário “Ninguém Come Carvão”, (1989), trabalho já citado anteriormente.



Figura 01: Mulheres e crianças em carvoarias na área Ponta de Pedras, 1989. Arquivos do STTR. S. João.

Essas fotos, do arquivo do STTR, foram feitas durante uma visita do presidente do Sindicato, à Ponta de Pedra, em 1989, onde foram registradas mulheres e crianças no trabalho árduo e desumano, nos fornos de carvão. É possível perceber como as pessoas eram muito exploradas pelo proprietário da terra, elas eram vigiadas e eram obrigadas a trabalhar todos os dias, intensivamente, sem direito ao descanso de final de semana. A esses trabalhadores foram negados todos os direitos básicos, como saúde, Educação, lazer, e outros. É importante registrar que quando a área foi desapropriada, algumas famílias de trabalhadores da fazenda foram beneficiadas com lotes de terra, os quais em sua totalidade não sabiam ler nem escrever. Isso comprova que quando estavam sob ordens do patrão tiveram todos os seus direitos negados.

Foram mais de 10 anos que tais famílias foram submetidas ao trabalho forçado sem terem a quem recorrer, pois aquele que ousasse denunciar, sua família sofria consequência, e por medo de sofrer represália não faziam denúncias. Dessa forma os trabalhadores que vieram de sua terra natal com esperança de mudarem de vida, sofreram todos os tipos de ameaça e perseguição, e viram seu sonho virar pesadelo, forçados a conviver sob pressão, medo da morte que lhe rondavam todos os dias. Sem saber a quem recorrer estes trabalhadores padeceram até serem libertados com a ocupação da fazenda.

A primeira tentativa de ocupação da fazenda Ponta de Pedra em 1992, foi frustrada. Tratava-se de posseiros de Marabá, São Domingos do Araguaia e São João do Araguaia. Dona Djanira, uma das moradoras da fazenda relata que os homens que ocuparam a terra estavam em grande quantidade. Afirma que eram muitos barracos que ficavam dentro da mata onde estavam alguns moradores. Mas os ocupantes não conseguiram fazer um bom diálogo com estes moradores da fazenda, que acabaram por delatar os posseiros para o fazendeiro.

Ainda segundo a antiga moradora, em uma tarde o proprietário Sr. Paulo Mariano, chamou todas as famílias que moravam na fazenda para informar que iria tirar todas as mulheres e crianças da área e deixar somente os homens, pois teriam que expulsar os invasores. Para tal, chamou mais de sessenta homens. As mulheres foram levadas ao município de Marabá, e ficaram em umas casinhas muito pequenas e quentes localizadas no bairro São Felix, lá ficaram por volta três meses, e depois da expulsão dos posseiros as mulheres retornaram para fazenda.

Diante das informações prestadas por dona Djanira vimos que os homens a quem o fazendeiro trouxe para expulsar os posseiros, eram pistoleiros. Pessoas contratadas para fazer este tipo de serviço naquele período, na região existiam muitos, que prestavam serviços às oligarquias, fazendeiros e empresários. Com a retirada dos posseiros o proprietário intensificou a exploração da área com grandes derrubadas de madeira para produção de carvão, aumentando a exploração dos trabalhadores da área. Segundo relatos fortes de moradores que viviam ao redor da fazenda, estes trabalhadores eram submetidos ao trabalho forçado que imitava a escravidão. Outros afirmam que muitos trabalhadores foram assinados dentro da fazenda, principalmente aqueles que vinham de outros estados para serviços de empreitas: roçar ou derrubar a mata.

De acordo com relatos, ao terminarem suas tarefas, tais trabalhadores eram assassinados, e tinham seus corpos enterrados, queimados ou jogados no Rio Taurizinho

que passa nos fundos da terra. Assim muitos pais de famílias perderam suas vidas dentro desta fazenda.

Como constatação deste fato, um dos casos chamou atenção e teve grande repercussão na região, ocorrido no ano 1996, um trabalhador conhecido como Raimundo foi assassinado. O referido trabalhador veio fazer uma empreitada de roço de juquirá e derrubada, contratado através do capaz da fazenda de codinome Liu.

Como o pai de família não retornou da fazenda no período combinando com sua esposa, depois de muitos dias de espera, esta conseguiu informação de que seu esposo fora assassinado dentro da fazenda, e ainda obteve informações de onde possivelmente poderia encontrar o corpo. A viúva fez denúncia junto à polícia Federal no município de Marabá, que conseguiu encontrar os restos mortais do desaparecido. Ao final, dois dos supostos pistoleiros foram presos e o fazendeiro, teve que dá explicações para justiça sobre este assassinato ocorrido dentro de sua fazenda. No entanto, nenhum dos acusados sofreu qualquer punição por parte da justiça, mas o episódio escancarou a situação em que viviam os trabalhadores dentro da fazenda.

No ano de 1995, especificamente no mês de abril, a Fazenda Agro-pastoril e Extrativista do Brasil S/A, conhecida como fazenda São Tomé, ou simplesmente Pastoriza, foi ocupada por um grupo de 82 posseiros, que reivindicavam a desapropriação da referida fazenda junto ao INCRA, porém sob os mesmos métodos de repressão esses posseiros tiveram que deixar a área.

Neste contexto, Pereira (2015, p.35-36), afirma que nesse processo de disputa pela apropriação da terra, os empresários rurais e fazendeiros, quase sempre, recorriam a violência física e simbólica. Ação considerada eficiente na manutenção de suas fazendas longe da ação dos posseiros e, principalmente, como forma segurar e evitar que seus imóveis fossem ocupados e desapropriados para fins de reforma agrária. Assim, pistoleiros eram facilmente contratados para essas atividades, e também funcionários do INCRA-GETAT, juízes, delegados, agentes da Polícia Federal e Polícia Militar e Civil foram, às vezes, seus exímios colaboradores. Esse fato revela que o Estado não é de todos, que também não é neutro, que as leis só são aplicadas para alguns, e assim o Estado age para proteger os mais fortes.

No caso da fazenda Pastoriza não foi diferente, os proprietários acionaram seus pistoleiros e com apoio da Polícia Civil começaram uma perseguição contra os posseiros, resultando na prisão de quatro trabalhadores no dia 5 de agosto. Como resultado de tal episódio muitos posseiros saíram feridos, dois foram mortos e 09 foram presos. E mais

uma vez vimos, como em outros casos, nenhum culpado foi preso ou se quer responderam processo.

O fato ocorrido na Fazenda Pastorisa teve impacto direto no processo de ocupação da Fazenda Ponta de Pedra, pois essas estas duas grandes fazendas passaram a ser objeto direto de ocupação por parte dos Movimentos Sociais, que a partir desses casos intensificaram denúncias juntos aos órgãos cobrando ações concretas sobre a situação. Também o massacre de Eldorado influenciou na organização da luta pela e efetiva ocupação da Fazenda Ponta de Pedra. A ocupação da Fazenda Pastorisa no início de 1997 deixou os latifundiários de São João do Araguaia em alerta, pois estes viam através desta ação a possibilidade de suas fazendas também serem objetos de ocupação.

É neste contexto que veio se dá o processo de ocupação da Fazenda Ponta de Pedra. Neste caso, com um diferencial, o fazendeiro temendo que sua fazenda fosse ocupada pelos integrantes do MST, procurou o Sindicato dos Trabalhadores Rurais-STTR para propor que organizasse posseiros para ocupar sua fazenda, estanho disposto a colocar sua área para ser desapropriada pelo INCRA.

#### **4.2 PONTA DE PEDRA: acordos políticos, ameaças e resistência posseira**

O papel da organização sindical na luta pela terra na fronteira do sudeste do Pará foi determinante na territorialização camponesa. A oposição ao sindicalismo pelego deu um tom combativo ao Sindicato de São João do Araguaia, mas nem tudo são flores. O mesmo sindicato da oposição sindical sofre assedio da parte de fazendeiros e agentes do governo com o intuito de desmobilizar, despolitizar e ainda beneficiar alguns.

Vale a pena dizer que o sindicato tinha sua primeira presidente mulher eleita pela categoria. Era um momento de grande resistência e da força da luta camponesa pela resistência posseira e sindical. Essa região foi uma das mais inspiradoras da resistência camponesa pela difícil e teimosa luta, bem como uma das primeiras experiências a contar com a participação efetiva das mulheres camponesas na direção sindical, uma organização marcadamente masculina até então.

Desse sindicato, muitas mulheres posseiras e sindicalistas revelaram conhecimento, poder e capacidade de coordenação, e, portanto mostraram que as mulheres dão conta de ocupar e desempenhar bem cargos de direção das organizações. Alguns nomes como: Maria Cledeneuza Bizerra; Maria Olindina Paiva; a própria Renilde,

então eleita Presidenta do STTR de São João do Araguaia, e tantas outras deixaram contribuições na organização sindical.

A luta camponesa se fortalecia nos anos 1980, 1990, com um forte e articulado movimento camponês em torno da tomadas das grandes propriedades ilegais para fins de Reforma Agrária. Crescia o número de acampamentos e assentamentos na região num processo de territorialização camponesa (MICHELOTI, 2010). A chegada do MST, com outra forma de enfrentamento, com outro sujeito chamado Sem Terra, com a mística da marcha nas ruas, das palavras de ordem, das ocupações das áreas e instituições, uma forma diferente da via sindical, também ousada, organizada nas trincheiras das matas, dos castanhais, das fazendas, no enfrentamento direto aos pistoleiros, as polícias e milícias, com a figura do posseiro.

Todo o processo que deu origem a conquista da Ponta de Pedra foi doloroso, demorada e cheia de manobras entre fazendeiro, tentando comprar o Sindicato. Apesar de tudo ter sido discutido, já ter havido uma primeira tentativa frustrada, os posseiros insistiam em ocupar a área, pois precisavam de terra para plantar. O cadastramento das famílias foi realizado com a participação das Delegacias Sindicais. É importante dizer que as vilas estão cheias de famílias chegantes e esperançosas de conseguir terra, renda, melhorar de vida, etc., e que se agregam às comunidades, e ficam por ali anos e anos, e são estas que se tornam posseiras, e promovem novas ocupações. São essas famílias posseiras que no dizer de Hébette (2004) que nesse processo de ocupação do latifúndio promovem a partilha das terras, e fazem reforma agrária.

Tudo pronto, um grande número de famílias partiu para a batalha, no dia 04 de junho de 1997, que se dividiram em dois grupos. O primeiro acampamento, localizado na beira da Rodovia Transamazônica, ficaram os vindos de: Apinajés, Cajazeira, Ubá, Vila Diamante e São João do Araguaia. O segundo ficou na divisa da fazenda com P.A Veneza, onde acamparam as famílias vindas do Castanhal Araras, Consulta, e Santo Antonio.

O processo de desapropriação da área que segundo informação STTR, estaria prevista para 90 dias, levou ainda dois anos para se concretizar, pois somente em abril de 1999 é que os trabalhadores receberam seus lotes. Durante esse período de levantamento fundiário, análise pelo INCRA, negociação com o fazendeiro, debate com o sindicato e resistência dos posseiros nos acampamentos formados, ficamos sabendo que dentro do perímetro negociado, havia sobras de terras, partes que não eram documentadas. Essa sobra correspondia a um total de 2.156.460 há. Ao final foram criados os Projetos de Assentamento: Pimenteira, Primavera do Araguaia numa área total de 7.068.2471 ficando

as sobras sendo 493.0000 há que pertencia ao Castanhal Santo Antonio I e 660.0000 há, ao Castanhal Santo Antonio II, e ainda 1.003.2460 há era pertencente ao Instituto de Terra do Pará, ITERPA, correspondendo a uma área total de 9.224.4931 há. Notamos um descontrole do Estado quanto às terras existentes no Estado, foco de grilagem e entendemos que esse descontrole oficial é intencional, para facilitar a vida de privilegiados que vivem da especulação de terras na região. Sabemos que os castanhais São Antonio I e II foram desapropriados em 1988, para Reforma Agrária.

A chegada dos posseiros foi muito tranqüila, bonita a distribuição das tarefas e responsabilidades entre todos os posseiros. Todos empenhados na construção dos barracos. Porém pegos de surpresa, enfrentaram outro problema na ocupação, regras impostas pelo proprietário da área. Já em condições difíceis, sem estrutura nenhuma, as famílias posseiras tinham que obedecer a uma ordem, de que ninguém podia explorar a área, tirar palha madeira para fazer os barracos, enfim. Havia ordens muito rígidas e os trabalhadores eram obrigados a cumprir, caso contrários seriam expulsos do acampamento. Diz o relato que:

Era proibido cachaça, era proibido drogas, era proibido falar alto, era proibido marido briga com mulher, era proibido tudo. Enquanto era proibido, lá não podia, lá não podia nada. E então, assim foi feito, na época que nós achávamos ruim, naquele tempo era rigidamente e então só veio às pessoas altamente responsável que queria uma terra (Entrevista com Dalmir machado 27-05-2015).

Este primeiro momento foi superado, os trabalhadores construíram seus barracos retirando madeira encontrada nas áreas desmatadas da fazenda, ou seja, de embaúba árvore muito frágil, cujo tempo de duração não passa de um ano. Assim, dentro de três dias os dois acampamentos, já estavam montados, foram construídos, mais de trezentos barracos, pois os trabalhadores fizeram o serviço em parceria ajudando uns aos outros. Como relata uma das moradoras do complexo Ponta de Pedra:

Meu nome é Lucimar Ferreira Barros, eu vim pra cá no tempo do assentamento dessa terra do acampamento organizado pelo sindicato dos trabalhadores. Dona Renilde era presidente, eu me associei e entramos no acampamento, entramos na terra no dia 04 de junho de 97, daí ficou. O sindicato que organizava a gente, que levava e trazia né, cuidava dos papeis da terra. E até quando INCRA veio, cortou, ai ela foi sorteada. Cada um recebeu seu lote, aí partimos pra trabalho da roça né, que nós foi todo mundo junto. Aí INCRA fez a vicinal, nós ficamos, e depois fez as casas. Eu continuo aqui desde o primeiro dia até hoje. Não sei até quando né? por que pensamento de vender minha terra eu não tenho, aí estamos aqui a luta continuar. (Lucimar Ferreira Barros, agricultora familiar, assentada da reforma agrária no Projeto de Assentamento Primavera do Araguaia.)

A ocupação organizada pelo sindicato a partir da determinação dos posseiros, apresentava muitas questões intrigantes. Havia muita exigência do proprietário,

impossibilitando inclusive a sobrevivência, uma vez que não podiam caçar pescar, coletar frutos na mata, etc. Além do mais não podiam fazer o que mais queriam fazer plantações, lavouras, etc., não podiam usufruir da riqueza natural existente na área, por isso muitos acabaram desistindo por não aceitarem se submeter às normas impostas. A realidade dos trabalhadores era muito complicada, em se tratando das condições para se alimentarem junto às suas famílias. O INCRA que havia se comprometido de enviar cestas básicas às famílias, não estava cumprindo o prometido. Esse fato levou os posseiros a descumprirem o acordo e um dos questionamentos era que se área estava sendo e desapropriada pelo INCRA o fazendeiro não podia impedir os acampados de trabalhar.

A decisão dos posseiros foi como uma ameaça ao fazendeiro que por medo e por que continuava explorando a área, decidiu por conta própria distribuir cestas básicas na tentativa de conter os trabalhadores conforme acertado com a liderança do STTR. Isso devido ao fato do fazendeiro continuar explorando a área, principalmente tirando a madeira e vendendo para as serrarias da região, e para manter seu plano, o fazendeiro cobrava da direção do STR a manutenção do acordo. A intimidação dos trabalhadores dentro do acampamento traduzia-se em manobras do fazendeiro e do Estado para cooptar lideranças, como alguns diretores sindicais. Estratégias muito utilizadas na região. As ameaças e perseguições eram constantes, Capangas da fazenda se passando por polícia:

O posseiro Alesbão Andrade Cruz em seu depoimento relatou que quando levava “doutor” e os empregados da fazenda até o acampamento, no caminho “doutor” deu ordem para seus companheiros de atirar para matar se porventura os posseiros corresse. Fato é confirmado por dois empregados da fazenda que acompanhavam “doutor”. Expedito Alves dos Santos declara que “doutor” afirmou que quando chegassem ao acampamento ia se apresentar como policial e se alguém corresse era para atirar, cumpriu a promessa atirando nos posseiros seguidos dos outros. Reginaldo Gomes Cardoso confirma a versão do seu companheiro (DPI, p. 123).

Uma cruel realidade relatada no processo de luta pela Ponta de Pedra, mas ainda presente nos dias de hoje noutras ocupações da grande Amazônia, especialmente nessa região muito disputada pela mineração e agronegócio. A terra e os recursos existentes nela: água, floresta, etc., nessa perspectiva não é para camponês, nem para indígena. É para o capital estrangeiro, verdade que se materializa a cada dia. A chacina de Pau D’arco, a invasão das terras indígenas para garimpo ilegal, a intervenção dos grandes projetos expulsando os indígenas Gavião, e suas diversas etnias, hoje territorializados na TI Mãe Maria, assim também como os grupos étnicos Parakanãs, agredidos pela Hidrelétrica de Tucuruí e pela Rodovia Transamazônica. Aí vemos o Estado muito bem aliado do capital,

inclusive apoiando com os recursos públicos, implantando infra estruturas para o grande capital operar.

No caso dos considerados pequenos diante dos que detém o capital, quando não se mata, se atrai para próximo, para fazer manobras que lhes beneficie. Um sindicato que vem da oposição sindical, e ainda como legado das ligas camponesas do nordeste, não podia ficar subserviente ao dono da fazenda. Os trabalhadores tinham clareza disso e passaram a exigir transparência da diretoria do STTR, melhor organização das instâncias de decisão no acampamento, e o fazendeiro foi abrindo mão das exigências, conforme fala a seguir:

Não ele, seu Paulo Mariano ele liberou pra gente caçar, mais só pra comer mesmo, dava pra botar roça mais só rocinha pequena de duas linhas não pra derrubar mata só capoeirão. E aí liberava pra gente, a gente aí pra mata também, caçar cupu, castanha pra vender pra gente ir comprando as coisinhas café, açúcar essas coisas, o mantimento da gente da casa (Entrevista Lourival Ribeiro da Silva a José Roberto em 26-04-2015).

Foram novas decisões e atitudes dos posseiros, descritas a seguir, que fizeram o fazendeiro mudar de ideia. Assim decidiram: maior participação dos posseiros nas decisões do acampamento; indicar membros do Acampamento para as comissões, e sair da subordinação da diretoria do sindicato; Maior participação nas comissões internas; participação nas reuniões da diretoria; Nova coordenação passou a reunir com representantes do INCRA, para tomarem ciência do andamento do processo de desapropriação da fazenda; Maior relação com as entidades de apoio; Eleição de nova diretoria do sindicato onde os posseiros passam a fazer parte; Decidiram entrar na área da fazenda não permitida, em busca de meios de sobrevivência através da caça, pesca, coleta frutos e “colocar roça”, apenas para suprir as necessidades alimentares, não para vender.

No caso da extração dos frutos como castanha e cupu ficaram liberados para venda para contribuir na compra de mantimentos, e com relação à roça ficou acordado que cada família trabalharia em duas linhas terra. Ficou de comum acordo entre todos, que em caso de descumprimento das referidas regras os trabalhadores estavam sujeitos a perda de seu cadastro.

Cientes das sobras de terras imediatamente articularam nova ocupação das sobras, mas foram denunciados ao INCRA, que acionou a Polícia Federal para retirar os trabalhadores, a qual esteve na área por duas vezes, mas em nenhuma dessas encontrou os trabalhadores. Ao serem informados das ações da polícia os trabalhadores deslocavam

da área para outros locais, e quando a polícia se retirava eles voltavam à ocupação novamente.

As Associações dos Projetos de Assentamento Pimenteira e Primavera do Araguaia se colocaram solidários aos demais posseiros, passou a denunciar a perseguição e também as irregularidades que estavam sendo cometido pelo INCRA, através dos seus funcionários dentro da área. Veja trecho do ofício encaminhando ao Superintendente do INCRA no dia 30 de agosto de 1999:

“Associações dos Agricultores dos Projetos de Assentamentos Pimenteira e Primavera do Araguaia, em nome dos trabalhadores rurais assentados nos respectivos projetos, vem por meio deste denunciar as irregularidades que vêm sendo executadas pelo INCRA, através dos funcionários Celso e Osvaldo responsáveis pelo cadastramento das famílias assentadas e pela demarcação dos lotes nos referidos P.As. (A) cadastramento de não cliente de reforma agrária e menores de idade: policial militar ( sargento Idalberto “gordo”), cabo do exercito (Pinheiro), médico, comerciante,( proprietário da auto elétrica em marabá Josimar Vieira), funcionário da coca-cola, funcionário do INCRA, (Osvaldo) menores de idade Luciene Santana da Silva e Raab Moura Cruz);( B) Demarcação dos lotes: O primeiro serviço de demarcação dos lotes foi feito de forma irregular e irresponsável pela equipe de topografia do INCRA, tendo agora de ser refeito. No primeiro ponto, os não clientes foram irregularmente cadastrados através da convivência dos funcionários do INCRA, colocando de fora da lista trabalhadores rurais sem terra que passaram mais de ano acampados na fazenda desapropriada. Diante disso exigimos. A) a retirada do cadastro de todos os assentados não cliente da reforma agrária. B) cadastramento dos trabalhadores rurais excluídos da lista de beneficiários conforme cadastramento das famílias acampadas. C) Substituição do topógrafo do INCRA senhor Celso. D) (Reconhecimento pelo INCRA da comissão como representante das associações e delegacia sindical para o acompanhamento da nova demarcação dos lotes e fiscalização dos proprietários dos lotes)”. (STTR, 1999).

Outra situação que os trabalhadores tiveram que enfrentar dentro da área, se deu com os funcionários da empresa coca-cola de Marabá. A estes funcionários foram destinados 12 lotes rurais pelos funcionários do INCRA. Ao tomarem conhecimento dessa situação os trabalhadores resolveram ocupar tais lotes apoiados pela FETAGRI e as associações dos P.A's Pimenteira e Primavera do Araguaia.

Com a ocupação desses lotes, os trabalhadores, passaram a sofrer ameaças por parte dos pretensos donos, chegando ao ponto de atear fogo no barraco dos trabalhadores. Diante da perseguição pelas quais estavam passando, os trabalhadores denunciaram as ações cometidas contra eles, e descobriram que o grupo de ameaçadores contava com o apoio de funcionário do INCRA e do sindicato.

“Nós abaixo assinados, brasileiros, lavradores, maiores de idade, filiados na Associação do projeto de assentamento pimenteira e associação primavera do Araguaia, residente e domiciliado no, complexo ponta de pedra, município de São João do Araguaia. Declaramos, para os devidos fins que, nas terras do referidos projeto continua ocorrendo irregularidades, as quais vêm causando

sérios transtornos para os trabalhadores rurais da área. Declaramos que vários trabalhadores ocuparam os 12 lotes doados pelo INCRA à funcionário da coca-cola de Marabá, que inclusive se comenta que esses lotes foram vendidos a essas pessoas por funcionário do órgão. Declaramos ainda, que em represália os proprietários dos lotes ocupados funcionários da coca-cola, mandaram atear fogo nos barracos dos trabalhadores, numa atitude extremamente terrorista, inclusive. Intimidando aos trabalhadores com tiros de revólver. Nossa associação, cujo objetivo principal é lutar pelos direitos dos trabalhadores, no sentido de que cada um consiga seu pedaço de terra para dar sustento a sua família, vem enfrentando momentos difíceis, chegando ao ponto de seus dirigentes estarem constantemente recebendo ameaças de morte. Importante destacar que nessa denúncias feita pelos os trabalhadores os mesmo acusam o INCRA de esta praticando irregularidade dentro das áreas desapropriada. (Abaixo Assinado dos Posseiros)

Como se pode perceber nas denúncias acima, foram muitas as irregularidades cometida através dos funcionários do INCRA, mas isso só foi possível por que tais funcionários contaram também com o apoio da presidenta do STTR, que teoricamente deveria defender os direitos da categoria a que representava, no entanto, esta agiu contrário aos interesses da classe, em muitas situações durante este processo de desapropriação e criação dos Projetos de Assentamentos.

Diante das inúmeras irregularidades praticadas pelo INCRA através dos funcionários Celso Trajano, Osvaldo e Raimundo, apoiados pelo STTR que em nenhum momento se manifestou sobre esta situação, fazendo vista grossa para tudo que vinha sendo praticado de errado dentro da área.

Foi nesse contexto que no dia 15 de abril de 1999, os trabalhadores se reuniram na sede da fazenda para receber seus lotes. A entrega havia sido programada em uma reunião do STTR, realizada no dia 09 do mesmo mês, na qual ficou acertado que a forma adotada para a entrega dos lotes seria através de sorteio.

Diante da evidencia de mais uma irregularidade entre tantas que já vinha sendo praticada por parte de quem estava à frente do processo, os trabalhadores com apoio da FETAGRI resolveram radicalizar. E uma das medidas tomadas foi a de que só aceitariam que realizassem o sorteio dos lotes se todos os acampados participassem, incluindo todos os nomes dos integrantes na lista.

Como os lotes para esse grupo já estavam separados, o INCRA e o STTR não concordaram com o sorteio sugerido pelos trabalhadores, o que fez gerar uma grande confusão. Os posseiros se mantiveram firmes e diante da pressão o STTR e o INCRA cederam, e foram obrigados a atender à reivindicação. Em entrevista uma assentada relata a questão ocorrida no referido dia do sorteio.

Eu tinha escolhido um lote pra mim que tinha muita castanha, se fosse meu eu estava sobrevivendo da castanha, do cupu, mas aí veio a FETAGRI, veio fez eu ir pro sorteio e eu tirei esse aqui mais perto, foi bom pra mim porque o meu era mais longe. (F. MACEDO, 2015)<sup>2</sup>

E assim se deu a entrega dos lotes, conforme havia sido planejado antecipadamente em reunião em que todos ficaram de acordo com o método a ser utilizado. Neste sentido, cada trabalhador teve que colocar a mão no saco e tirar o número de seu lote. Com essa ação feita os trabalhadores conseguiram impedir que mais uma irregularidade, como privilegiar determinadas pessoas, fosse praticada.

A resistência posseira na Ponta de Pedra foi se fortalecendo e conseguiu regularizar as terras, colocá-las nas mãos do povo camponês, reverter as manobras do INCRA e do fazendeiro, criar o Projeto de Assentamento Pimenteira, Primavera do Araguaia e ainda conquistou as sobras de terras onde foi criado o PA 4 de junho que só foi regularizado quatro anos depois. Assim, Ponta de Pedra deixa de ser um lugar hostil, de trabalho forçado, da exploração do trabalho infantil e de mulheres, e passa a ser um lugar da autonomia camponesa, da plantação de legumes, frutas e verduras, de criações de pequenos e médios animais, lugar de trocas, de solidariedade, de aprendizados importantes para a vida. Assim, o lugar da vida. Hoje são mais de 300 famílias, que vivem da agricultura familiar nesses três assentamentos de Reforma Agrária feita pelo povo.

A luta camponesa segue não se esgota com a regularização da terra, os desafios são imensos, são muitas as ameaças e assédios rondando nossos territórios. Vale destacar que as famílias assentadas no complexo Ponta de Pedra vivem hoje da agricultura familiar tendo como produção: mandioca, feijão milho, banana, hortaliças, fruticultura e também piscicultura. Nesse campo produtivo de Ponta de Pedra, a produção de mandioca se destaca como principal produto produzido entre as famílias. Desta é possível extrair a farinha, tucupí goma e puba, produtos muito procurados e, portanto de boa venda no mercado de produtos alimentícios, e com grande contribuição da cultura nordestina e nortista. São produtos que fazem parte da culinária típica desse povo.

Na comunidade existe ainda a criação de bovino, caprino, porco e galinha, e uma forte produção de leite nos assentamentos do complexo Ponta de Pedra. A comercialização desses produtos se dá dentro dos assentamentos e cidades vizinhas. A localização da vila ponta de Pedra favorece também a comercialização desses produtos,

---

<sup>2</sup> Entrevista concedida a Uelis Machado, em 10.05.2015. Gentilmente cedida para o autor.

por ficar à margem da rodovia Transamazônica, com grande fluxo de passagem de veículos, torna a venda de nossos produtos acessíveis.

Em se tratando da farinha de mandioca, os compradores realizam a aquisição direta na casa de farinha, já hortaliças, fruticulturas e pisciculturas são comercializadas na vila, e nas cidades de São João do Araguaia, São domingos do Araguaia e Marabá, sendo que o principal pólo consumidor desses produtos é Marabá.

Em Marabá, o principal ponto comercial é a feira da folha 28 onde todos os dias de domingo os agricultores se fazem presentes para vender seus produtos. Contudo, boa parte desses produtos também é comercializada através dos programas governamentais como o Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE e o Programa de aquisição de Alimentos – PAA. Hoje, há mais de 80 famílias fazendo parte desses programas e entregando seus produtos.

Vale lembrar que todos esses agricultores integrantes dos programas são organizados através da Cooperativa e do Sindicato. Neste sentido, observa-se que há uma diversidade de produção dentro dos assentamentos, o que possibilita a esses agricultores ter uma fonte de renda que também lhes possibilita permanecerem na terra.

A escola Maria Rita é marco dessa grande conquista camponesa e sindical, pela educação dentro dos assentamentos. Através da luta dos assentados, a qual foi possível ser implantada já no começo do assentamento, possibilitando aos filhos dos assentados o acesso à educação nos primeiros anos das séries iniciais. A escola para nós, sempre foi nosso ponto de permanência na terra. Pela educação e pela Escola muitos assentados rompem com os territórios camponeses e vão se incorporar na vida difícil das periferias as cidades e vilas para que os filhos tenham acesso a educação. Dessa forma para nós a escola é fundamental para a continuidade dos territórios camponeses.

No primeiro momento, a Escola Maria Rita funcionou no cassarão da antiga fazenda, sendo que todos os equipamentos utilizados para o funcionamento eram improvisados pelos pais dos alunos. Os assentos eram feitos de troncos de madeira; os quadros foram feitos com cimento nas paredes da casa; a merenda escolar era garantida com produtos colhidos nos roçados da comunidade; a água os alunos tinham que trazer de suas casas, pois a que existia na escola era imprópria para consumo. A escola nunca veio pela bondade dos Prefeitos, mas pela iniciativa própria das comunidades, sempre iniciou improvisadamente, com recursos das famílias, das organizações, com trabalho voluntário e a iniciativa dos pais, fazendo parte da conquista do território, e a nossa escola não foi diferente.

Os primeiros anos foram difíceis, mas o sonho de ter um espaço adequado onde os filhos dos assentados se sentissem à vontade para desenvolver seu aprendizado levou a comunidade a brigar por esse espaço. No ano de 2002 a comunidade recebe um espaço fixo da escola, que contava com quatro salas de aula; uma secretaria; uma sala de professores; uma biblioteca; uma cozinha e um banheiro.

Diante de mais essa conquista, o próximo passo foi lutar pela implantação de outras séries, ou seja, dos anos do fundamental completo. Isso só veio a acontecer no ano 2003. Já em 2004 foi implantado o ensino médio no sistema modular. O que possibilitou aos alunos a permanecerem na comunidade com a oportunidade de concluírem seus estudos até o terceiro ano do ensino médio.

Pode-se afirmar que a escola Maria Rita, cumpre um papel fundamental na área da educação possibilitando grande conquista para a comunidade através de suas atividades educacionais. É possível constatar isso através de seu quadro de profissionais como professores, secretária escolar, responsável pela biblioteca, que entre outros, são ex- alunos. Também a presença da escola possibilitou o ingresso de muitos filhos dos assentados na universidade pública, como a UNIFESSPA, onde muitos hoje já concluíram seus cursos e outros estão em fase de conclusão.

Neste sentido vale afirmar que todas as lutas organizadas pelo Sindicato dos Trabalhadores de São João do Araguaia foram importantes, pois foi possível chegar a tantas conquistas que possibilitaram com que muitos desses “atores”, ou seja, os trabalhadores rurais continuem firmes no propósito de permanecerem na terra e nela continuarem produzindo.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O objetivo principal deste trabalho foi refletir sobre o processo de formação do campesinato em São João do Araguaia a luz da experiência do sindicato dos trabalhadores/ as rurais, perceber e identificar os elementos constitutivos dessa experiência que impactaram na constituição dos assentamentos de Reforma Agrária e na territorialização da agricultura familiar. Para tal, partimos das questões iniciais da pesquisa: como se deu a formação desse campesinato de São João do Araguaia, qual o papel da organização sindical para a territorialização camponesa e quais contribuições essa experiência construía para a região.

A pesquisa nos deixou convictos de que o território camponês e o campesinato amazônico do sudeste do Pará se materializaram a partir de precedentes como: luta pela

terra, contanto com o protagonismo em primeira mão do sujeito posseiro da fronteira como chama Gutemberg Guerra (2004), ocupações em massa das fazendas e castanhais apropriados ilegalmente, organização e resistência sindical, e depois a luta sem terra. Mas também é importante reconhecer a resistência dos povos e comunidades tradicionais como fundantes iniciais dessa resistência. É importante reafirmar que a luta sindical vem desde a oposição sindical que foi a tomada do sindicato da mão das oligarquias e de lideranças chamadas pelegas, que estavam a serviço do Estado e das elites agrárias.

O trabalho me proporcionou um grande aprendizado, através deste estudo foi possível compreender mais e melhor como se deram as lutas e conquistas dos trabalhadores e trabalhadoras rurais dessa região, principalmente em São João do Araguaia, município que sediou muitas barbaridades contra o povo do campo; como aqueles da Guerrilha do Araguaia, da chacina da Ubá, e outros. Apesar de viver nesse contexto da lutas pela posse da terra, muita coisa ainda não tinha conhecimento suficiente sobre a complexidade que envolveu todo esse processo histórico de ocupação e conquista da terra, onde vivo a mais de 30 anos. Hoje, assentado no Assentamento Pimenteira, ex-morador do Assentamento Araras, ex-posseiro, e dirigente sindical, vejo com outros olhos essa trajetória. A Universidade através da Educação do Campo nos dá esse privilégio de parar para observar, recuperar informações, e refletir sobre o a experiência vivida.

Constatar o papel fundamental que o sindicato teve na organização da categoria dos trabalhadores/as rurais, e que foi o caminho acertado para mexer na concentração de terra no município e região. No Brasil, Amazônia, Pará e São João do Araguaia a política de Reforma Agrária não passou de regularização de áreas onde os trabalhadores posseiros já haviam ocupado, e muitas, já estavam produzindo.

Falar de território camponês é INCRA, de mais de 500 assentamentos conquistados à margem da lei, e “na marra” no sul e sudeste do Pará, que estão nas mãos de mais de 80 mil famílias agricultoras, que cultivam a terra, colhem alimentos saudáveis, criam animais. Junto com outros territórios camponeses espalhados no país, apresentam maior número de pessoal ocupado, no maior número de estabelecimentos agrícolas familiares, porém em menor tamanho em área ocupada. Ainda colocam na mesa dos brasileiros o mais alto percentual de alimentos produzidos, e com uma impressionante variedade de espécies, em comparação com a agricultura capitalista, que contraditoriamente concentra maior número em ha de terras conforme já vem mostrando Oliveira (2021, 20), e mais pontualmente no ano em curso.

Esses conhecimentos só foram possíveis através da pesquisa que me possibilitou descobrir como os trabalhadores e trabalhadores migrantes foram ocupando esse território, os mesmo que vieram de vária região do Brasil em busca de encontrarem terra e melhorem sua condição de vida. Identificamos que no primeiro momento esses trabalhadores de São João do Araguaia, tinham como principal atividade o extrativismo na extração do caucho, castanha do Pará e pedra preciosa cristal e diamante. Com o passar dos anos esses trabalhadores foram ocupando as terras principalmente àquelas próximas as beiras rios, mas tarde foram adentrando a para a mata onde foram criando vilarejo chamado de centro. Em são João é possível identificar através da pesquisa que o primeiro centro se chamava são domingos das latas, estudado por Velho.

Foi através desse processo de ocupação que se deram nos anos 1950, 1960 e 1970 que foi se formando o campesinato de são João do Araguaia, para, além disso, outros fatores aconteceram nessa região entre eles, vale destacar a guerrilha do Araguaia que se deu ano 1970 a 1974, que cominou com abertura da Rodovia Transamazônica que tinha como objetivo ocupar esta região, através do projeto de colonização.

Vale ressalta que todo esse conjunto de informações que consegui reunir nesse trabalho, foram frutos de incansáveis dias e noites de estudos, mas que valeram a pena e que certamente servirão como estímulo para eu continuar lutando em busca de nova conquista. Não se encerra aqui, esperamos que este trabalho possa contribui com outros estudos.

## Referências

### FONTES ORAIS.

Cristino Sobrinho Brito dos Santos, 60 anos, sindicalista, Assentado da reforma agrária no Projeto de Assentamento Ubá.

João Pereira da Cruz, 65 anos, assentado da reforma agrária no Projeto de Assentamento Ubá.

Luiz Ferreira dos Santos, 44 anos, sindicalista, assentado da reforma agrária no Projeto de Assentamento Bacurizinho.

Lucimar Ferreira Barros, 60 anos, assentada da reforma agrária no Projeto de Assentamento Primavera do Araguaia.

Almir Ferreira Barros sindicalista “ *in momorian*”.

### Vídeos Documentários:

STTR/EMATER. Sindicalismo, luta e conquista camponesa. Jun/1999

Ninguém come Carvão. Vídeo documentário. Direção de Vicent Carelli e Murilo Santos. 1991. 14 min.

## REFERÊNCIAS

ARAUJO, Amarildo Silva. **Desterritorialização da comunidade de Apinagés em São João do Araguaia (PA) na perspectiva da construção da usina hidrelétrica de Marabá.** [online] Dissertação UFT/PPGECT. Araguaína-TO, 2017. Disponível em: <https://repositorio.uft.edu.br/handle/11612/94>. Acesso em 25/Mar/2020

ARAUJO, Amarildo Silva; SIEBEN, Airton. **A comunidade de Apinagés em São João do Araguaia, Pará: atingidos pela perspectiva da construção da usina hidrelétrica de marabá.** [online] Bol. geogr., Maringá, v. 38, n. 2, p. 130-150, 2020. Disponível em DOI: <https://doi.org/10.4025/bolgeogr.v38i2.43271> Acesso em 08/Jul/2021

BEZERRA, R. L.; ALVES, A. M. N. Luta pela Terra: participação e invisibilidade feminina no sudeste do Pará. In: **Mulheres em perspectiva: trajetórias, saberes e resistência na Amazônia Oriental** (Orgs.) SILVA, I. S. et. al. – Belém [PA]: Paka – tatu, 2017. p. 47-70.

HALL, A. L. Amazônia: Desenvolvimento para quem? Desmatamento e conflito social no Programa Grande Carajás. Tradução: Ruy Jungmann. Jorge Zahar Editor. Rio de Janeiro, 1991.

LE BRETON, Binka. **Vidas Roubadas: a escravidão moderna na Amazônia brasileira.** São Paulo, Loyola, 2002.

COLETTI, Claudinei. **Os Sindicatos de Trabalhadores Rurais no Brasil:** origem e características fundamentais. In: Revista de Direitos Fundamentais, ISSN 2675-0074, v. 1, n. 2, jul./dez. 2019 131 DOI: 10.29327/213440.1.2-7 p. 129-149. Disponível em:

<https://revistas.anchieta.br/index.php/DireitosFundamentais/article/> Acesso em 08/abr/2021 21h.

COSTA, Luciana M. Discurso e conflitos: de anos de disputa pela terra em Eldorado dos Carajás. Belém-PA: UFPA/NAEA (Dissertação de Mestrado)

CRUZ, Manoel de Jesus Masulo da. Territorialização Camponesa na Varzea da Amazônia. São Paulo: USP, 2007. (Tese de Doutorado em Geografia). Disponível em [https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8136/tde-03122007-112229/publico/TESE\\_MANUEL\\_JESUS\\_MASULO\\_CRUZ.pdf](https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8136/tde-03122007-112229/publico/TESE_MANUEL_JESUS_MASULO_CRUZ.pdf) Acesso em 12/jul/2021. 11h50m

EMMI, Marília Ferreira. **A Oligarquia do Tocantins e o domínio dos castanhais.** - Belém: Centro de Filosofia e Ciências Humanas\ NAE\ UFPA, 1987.

EMMI, Marília Ferreira, MARIN, Rosa Elizabeth Acevedo. Crise e Rearticulação das Oligarquias no Pará. In: Rev. Inst. Est. Bras., SP. 40: 51-68, 1996. Disponível em: [72091-Texto do artigo-96638-1-10-20140128.pdf](#) Acesso em 17.jul.2021.

GIRA CAMPOS, Caderno Pedagógico da Educação do Campo. **Experiências do campo:** lutas sociais práticas educativas e culturais\ Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará, Faculdade de Educação do Campo. V. 1, n. 1, (Março. 2017 a Março 2018). - Marabá: UNIFESSPA, FECAMPO, PROCAMPO, 2017.

GUERRA, Gutemberg Armando Diniz. **O posseiro da fronteira:** campesinato e sindicalismo no Sudeste Paraense\ Gutemberg Armando Diniz Guerra. –Belem: UFPA\NAEA, 2001.

HÉBETTE, Jean. **Cruzando a fronteira:** 30 anos de estudo do campesinato na Amazônia\ Jean Hébette. – Belém: EDUFPA, 2004.

HEBETTE, Jean. MAGALHÃES Sonia Barbosa, MANESCHY Maria Cristina (orgs.). **No mar, nos rios e na fronteira:** faces do campesinato no Pará, prefácio de Maria Conceição D´Incao. Belém. EDUFPA, 2002.

IBGE São João do Araguaia. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pa/sao-joao-do-araguaia/historico> Acesso em 30/jul/2021.

LADEIRA, Maria Elisa, AZANHA Gilberto. Apinayé. (verbete). Disponível em <https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Apinajé> Acesso em 07/jul/2021.

MARTINS, José de Souza. *O cativo da terra.* São Paulo, Livraria Editora de Ciências Humanas/USP, 1979.

MARTINS, José de Souza. *Fronteira – A degradação do Outro nos Confins do humano.* São Paulo, Hucitec, 1997.

OLIVEIRA, Cledeneuza Maria Bizerra.” **Sou filha de quebradeira de coco.** Cledeneuza Maria Bizerra Oliveira: Alfredo Wagner Berno de Almeida(Ed.)- Rio de Janeiro: casa 8. 2017.

OLIVEIRA, A. U. A Questão Agrária no Século XXI: impasse, possibilidades e desafios. In: MIZUSAK, M. Y.; ROMA, C. M.; VIEIRA, A. B. (Orgs.) Questão Agrária e práxis

social o sec. XXI: impasses, desafios e perspectivas. Curitiba: Editora CRV, 2021. [versão online] pp 17 a 79

PEREIRA, Airton dos Reis. **Do posseiro ao sem-terra**: a luta pela terra no sul e sudeste do Pará\ Airton dos Reis Pereira. - Recife: Editora UFPE, 2015.

FIGUEIRA, Ricardo Rezende. *Quão penosa é a vida dos senhores. Discurso dos Proprietários sobre o trabalho escravo*. Dissertação de Mestrado apresentada na UFRRJ, Rio de Janeiro, mimeo, 1999.

TAVARES, Maria Gorete da Costa. **A Formação Territorial do Espaço Paraense**: dos fortes à criação de municípios. In: Revista ACTA Geográfica, ANO II, n°3, jan./jun. de 2008. p.59-83. Disponível em <https://revista.ufrj.br/actageo/article/view/204> Acesso em 25.03.2020

TAVARES, M. G. **A Amazônia brasileira: formação histórico-territorial e perspectivas para o século XXI**. GEOUSP Espaço e Tempo (Online), v. 15, n. 2, p. 107-121, 30 dez. 2011. Disponível em: <https://revistas.usp.br/geousp/article/view/74209> Acesso em 10.04.2020

VELHO, Otávio Guilherme. **Frente de expansão e estrutura agrária**: estudo do processo de penetração numa área da Transamazônica\ Otavio Guilherme Velho,-3. Ed.-Manaus: UEA Edição, 2013.